



GABRIELLY FERNANDES RIBEIRO

**CURRICULARIZAÇÃO DA
EXTENSÃO: UM PANORAMA
ANALÍTICO À PARTIR DE
EXPERIÊNCIAS DO CAMPO DE
PÚBLICAS PARA APLICAÇÃO
NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA-UFLA.**

LAVRAS – MG

2021

GABRIELLY FERNANDES RIBEIRO

**CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO:
UM PANORAMA ANALÍTICO À PARTIR DE EXPERIÊNCIAS
DO CAMPO DE PÚBLICAS PARA APLICAÇÃO
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-UFLA.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Graduação em Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. DSc. Gustavo Costa
de Souza
Orientador

Prof^a. DSc. Camila Maria
Risso Sales
Coorientadora

LAVRAS –MG

2021

Ficha catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Processos
Técnicos da Biblioteca Universitária da UFLA

Trabalho dedicado in memoriam a João Batista, bisavô e amigo, aqui registro saudade e gratidão.

AGRADECIMENTOS

É intrigante e interessante, ao mesmo tempo, pensar que se passaram cinco anos até a conclusão deste ciclo. Pensar que, há alguns poucos anos atrás a aula presencial ao passo que trazia certo desânimo pelo cansaço do dia também era um momento de compartilhamento de experiências, do dia a dia, de risadas e tristezas compartilhadas. Espaço esse que tanto aprendi, tanto senti falta nos dois anos de aula online, propiciada pela pandemia.

Estranho pensar que não terei mais aulas no PV-02 para confundir com o PV-06, que não tem mais que correr para dar tempo de jantar e entrar para primeira aula, em ir para o mamute se espremer para ir pra casa. Bem como, pensar que não terei mais os momentos vagos na cantina ou de descanso nos gramados, de correr até a cantina, comprar um lanche ou tomar um açaí depois do almoço na Saúde, muito menos pegar fila do xerox atrasada para a última aula. É estranho, mas é reconfortante pensar que pude viver isso tudo e mais um pouco nesses cinco anos.

Este trabalho é fruto de muita dedicação mas também reflexo dos anos acadêmicos, das vivências em projetos diversos, do engajamento dentro e fora de aula e, pra mim, é uma alegria imensa poder concluí-lo. Sozinha não teria conseguido e, por tal motivo, agradeço aos meus pais Samir e Giselle por sempre estarem presentes em todos meus momentos de crescimento e me apoiarem de todas as formas possíveis e impossíveis. Agradeço aos meus amigos próximos (que são, realmente, da UFLA para vida) e colegas da UFLA, ao compartilhamento dos desesperos, cadernos e xerox, das dúvidas, risadas, reivindicações com os professores, das idas ao postinho para desestressar ou de uma companhia na cantina - a universidade é um ambiente ótimo para, além de passar raiva, fazer amigos e compartilhar momentos.

Agradeço também o apoio das minhas amigas da época de escola que sempre se fizeram presentes e sempre me apoiaram e sei que, sem muitas conversas que tive com vocês eu não teria ido para frente em muitas coisas. Aos meus amigos da FENECAP, meu muito obrigada por tudo, principalmente pela oportunidade e pelo apoio no CP, vocês são incríveis. Os agradecimentos também se estendem aos meus avós Junea, Manoel, Victor e Madalena, vocês foram de imensa ajuda em minha caminhada acadêmica.

Estendo aqui minha gratidão à minha irmã, por sempre estar comigo nesses anos todos e logo menos é você nessa loucura. Agradeço também ao meu companheiro Vinicius, por ser um grande incentivador da minha carreira acadêmica e profissional, em todos os sentidos, poder crescer como pessoa e profissional é muito singular e especial ao seu lado.

Agradeço aos meus professores desses quatro anos, cada um contribuiu de uma forma para que esse momento chegasse, em especial gostaria de agradecer ao professor Renato por ter sido não apenas um ótimo professor mas também por sempre se fazer presente nas necessidades como acadêmica, à professora Nathalia por ter me auxiliado em momentos para além da sala de aula (execução do prinagem), à professora Daniela por ter me apresentado a extensão logo em meu segundo semestre na faculdade, pude

aprender muito nesses anos e espero que meu trabalho contribua para a construção da experiência da extensão. Agradeço também a professora Camila Riso por me co-orientar neste trabalho, por sempre ajudar e se fazer presente, sua vinda para nossa universidade foi um presente para todos nós. Agradeço imensamente ao professor Gustavo tanto pela orientação no tcc quanto nas demais orientações em artigos, relatos e projetos, como também pela amizade adquirida, sou imensamente grata por ter aceitado o convite para me orientar e continuar esse trabalho mesmo depois de mudar de universidade.

Agradeço a todos que me apoiaram e acreditaram no meu potencial.

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca.”

Darcy Ribeiro

RESUMO

A extensão se faz presente nas instituições de ensino superior desde meados do século vinte, entretanto, tal se fez ainda mais presente após as resoluções como exemplo a Política Nacional de Extensão Universitária em 2012, concebida a partir de encontros anteriores de pró-reitores de extensão, formando assim o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. Na intenção de compreender o papel institucional da extensão e sua aplicação na Administração Pública na Universidade Federal de Lavras, a análise de sua obrigatoriedade no currículo em outros cursos do Campo de Públicas foi necessária e se deu a partir de experiências de curricularização da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e da Universidade Federal do Cariri. Assim, este trabalho apresentará a trajetória da extensão no Brasil, seu papel na formação profissional do discente, as experiências de extensão curricularizadas no CP e a análise de metodologias para aplicação na Administração Pública - UFLA. Possui como objetivo geral avaliar o processo de implementação da curricularização da extensão no curso de Adm. Pública da Universidade Federal de Lavras e, como objetivos específicos: I) Analisar a Extensão e seu processo de curricularização no Campo de Públicas a partir de experiências do CP; II) Analisar especificamente a realização do Prinagem, em suas edições em parceria com a UFLA; III) Proposição de alguns subsídios gerais para a curricularização da extensão no curso de Administração Pública-UFLA em linha com as melhores práticas atuais do Campo de Públicas, de acordo com levantamento. Quanto à metodologia, o trabalho configura-se como a pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, utilizando os métodos de pesquisa documental, levantamento bibliográfico e a realização de uma entrevista semi-estruturada. Assim, ao explorar a potencialidade da extensão como componente essencial na formação dos discentes, o trabalho aqui apresentado explana caminhos e possibilidades de aplicação na realidade do CP dentro da UFLA.

Palavras chave: Extensão. Curricularização. Desenvolvimento profissional. FORPROEX. Atividades práticas.

ABSTRACT

The extension is present in higher education institutions since the mid-twentieth century, however, this has become even more present after the resolutions as an example the National University Extension Policy in 2012, conceived from previous meetings of pro-rectors of extension, thus forming the Forum of Pro-Rectors of Extension of Brazilian Public Universities - FORPROEX. In the intention of understanding the institutional role of extension and its application in Public Administration at the Federal University of Lavras, the analysis of its compulsory nature in the curriculum in other courses in the Public's field was necessary and took place based on "curricularization" experiences of the School of Government Professor Paulo Neves de Carvalho and the Federal University of Cariri. Thus, this work will present the trajectory of extension in Brazil, its role in the professional training of students, the experiences of inserting extension into the curriculum in the Public Field (PF) and the analysis of methodologies for application in Public Administration - UFLA. It has as general objective to evaluate the process of implementation of the curricularization of extension in the course of Public Administration at the Federal University of Lavras and, as specific objectives: I) Analyze Extension and its curricularization process in the Public Affairs field based on experiences of the PF; II) Analyze specifically the realization of Prinagem, in its editions in partnership with UFLA; III) Propose some general subsidies for the curricularization of extension in the course of Public Administration-UFLA in line with current best practices in the Field of Public Administration, according to survey. As for the methodology, the work is configured as exploratory research, with a qualitative approach, using the methods of documental research, bibliographical survey and the realization of a semi-structured interview. Thus, by exploring the potentiality of extension as an essential component in the training of students, the work presented here explores paths and possibilities of application in the reality of PF within UFLA.

Keywords: Extension. Curricularization. Professional development. FORPROEX. Practical activities.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
	2.1- Caminhos legais da extensão - Marco Legal Regulatório da Extensão.....	20
	2.2- Extensão: potencial de formação para a democracia?.....	24
	2.3- Extensão e sua curricularização no Campo de Públicas.....	29
3	METODOLOGIA.....	34
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
	4.1- Experiências de extensão analisadas.....	39
	4.1.1- Onde está a extensão na Universidade Federal do Cariri? O exemplo do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas - LAURBS Extensão.....	39
	4.1.2- Fundação João Pinheiro - Programa de Internato de Administração e Gestão Municipal como exemplo possível de integração entre o Campo de Públicas e os municípios mineiros.....	41
	4.1.2.1 - Edições de parceria com Universidade Federal de Lavras.....	43
	4.1.3- Outras possibilidades de extensão na Fundação João Pinheiro - Projeto Pontes para Cidadania e seu potencial extensionista transformador.....	45
	4.2- Paralelo: onde estamos e onde queremos chegar curricularização da extensão na Adm. P. - UFLA.....	46
	4.2.1 Onde estamos: Panorama atual da curricularização da extensão na Administração Pública - UFLA: Entrevista com a coordenadora do curso.....	47
	4.2.2- Onde queremos chegar - Adaptações de modelo para a realidade do curso na UFLA.....	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
6	REFERÊNCIAS.....	57
7	APÊNDICES E ANEXOS.....	63

1. INTRODUÇÃO

Para compreender a trajetória formativa de um graduando é necessário incluir o papel da extensão como primordial. No intuito de explorar a extensão como ferramenta complementar à formação acadêmica, o presente trabalho abordará diferentes pontos de vista acerca de tal temática, estes oriundos tanto de documentos quanto de vivências. Para tanto, é imprescindível entender as atividades em andamento no Campo de Públicas que já foram institucionalizadas a título de exemplo para as demais instituições, bem como as mudanças necessárias para que tais ações ocorram. Na busca por modelos e possibilidades, aqui será apresentado um possível caminho para a implementação da curricularização da extensão no curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras, contando com o levantamento das ações de extensão já existentes e seus potenciais.

Na visão de Nogueira *et al* (2013: p.14) é impossível reconhecer o real impacto “impulsionado pela extensão se toda a universidade não estiver envolvida acadêmica e estruturalmente, se a extensão não se institucionalizar como componente formativo com os rigores e limites que a formação exige”. Nesse sentido, ao construir o trabalho de avaliação da implementação da extensão universitária como componente obrigatório, é possível refletir sobre tal como sendo um meio de articulação entre “específico ‘fazer’ da sala de aula” com a “capacidade de fazer e transitar este acúmulo na sociedade, onde a universidade recolhe este novo aprendizado para o seu interior em condições de rever pesquisas e atualizar os currículos, as práticas de ensino e de gestão” (NOGUEIRA *et al*: 2013: p.14).

Entender o campo de ação como uma sala de aula é um passo importante para que o conhecimento saia, de fato, do espaço físico composto pelo quadro e carteiras do ambiente universitário, e em efeito, caminhe até aqueles que precisam dos benefícios gerados pela sua prática, bem como abre espaço para novos aprendizados. A construção da extensão como esse espaço de trocas a partir dos instrumentos legais é importante para entendermos o ‘estado da arte’ sobre a temática. Além disso, o documento de Avaliação da Extensão Universitária, construído pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão por intermédio do Fórum de Pró-Reitores de Extensão-FORPROEX (2013), traz o dado acerca de participações na construção da “concepção da extensão universitária nas instituições públicas” (p.55), o qual contou com “participações muito expressivas das respostas, com valor máximo superior a 95%” (p.55) . Em efeito, podemos salientar que, levando em consideração os profissionais da educação, principalmente docentes e técnicos da área envolvidos na pesquisa sobre a importância e relevância da extensão, a expressiva participação no quesito da “articulação entre a universidade e a sociedade” com resposta de 98,6% dos participantes, seguido pelo item “articulação com a pesquisa” o qual contou com 90,3% de participação dos envolvidos (NOGUEIRA *et al*: 2013: p.55). Com isso, a institucionalização da extensão no país ganhou dimensão em seu processo.

Essa articulação proposta pelas atividades extensionistas levou a ampliar as atividades deste cunho, o mesmo documento aponta que essas articulações e suas prioridades de execução estão intimamente ligadas com o tipo de gestão que recebem. Trata-se, portanto, especificamente da prioridade que é dada a cada atividade de extensão a depender da instituição, ou seja, de acordo com os dados do FORPROEX das mais de 70 Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), 80,3% denominaram como função prioritária “articulação entre universidade e sociedade”, seguido pela “articulação com o ensino” com 68,6% e por “cumprimento da missão social da universidade” que correspondeu a 66,2% (FORPROEX: 2013).

Com isso, consideramos então que as ações extensionistas poderão agir para além de ações práticas de atividades em sala de aula, logo, tendem a se apresentar como potenciais atividades para resolução de problemas sociais, seja de forma efetiva ou pontual. Dentro dos objetivos previstos no Plano Nacional de Extensão Universitária, destaca-se: “contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País¹” além de “criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população”, como também “para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas²” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras- 2012, p. 10)

Neste sentido, é pertinente compreender que a extensão é uma ação que se compõe por diversos pontos e, um deles (podendo ser também um de seus principais), as relações humanas e a capacidade de explorar e aplicar o aprendizado teórico. Estas, por suas vez, e principalmente, dadas pelas relações, trocas, símbolos, experiências sociais, auxiliam no entendimento que construímos ao longo das atividades de extensão, bem como transmitir esse conhecimento ao leque mais amplo de indivíduos direta ou indiretamente relacionados ao processo de desenvolvimento do trabalho. A questão que também se apresenta é a necessidade de maior conexão entre as atividades empíricas e a compreensão dos métodos, ou seja, a própria interpretação de uso das ferramentas disponíveis para que assim possam ser utilizadas da melhor forma. Assim, a ação educativa da extensão universitária pode ser aplicada por diversas metodologias, tendo como primazia a intenção de solucionar as problemáticas vivenciadas pela comunidade e inculcar-lhes esta perspectiva construindo-se como uma ação educativa por completo. Assim, podemos compreender a partir de Freire (1985) a extensão como sendo uma ação para além da ocupação de lugares, mas também a possibilidade de “ocupar pessoas”, identificar problemas e buscar soluções.

Levando em consideração esses pontos e essas possibilidades, voltando para ótica das ações extensionistas realizadas no Campo de Públicas, algumas destas vêm sendo realizadas em determinadas instituições de ensino superior de forma contínua. Ou seja, já foram inseridas institucionalmente como componentes curriculares ou estão

¹ Objetivo 3 - Plano Nacional de Extensão Universitária;

² Objetivo 6 - Plano Nacional de Extensão Universitária.

nesse processo, como exemplo o Programa de Residência Remunerada da Esag-UDESC³ que estabeleceu uma atividade extensionista como estágio curricular obrigatório, com acompanhamento e monitoramento dos discentes para executar atividades de longo prazo em instituições públicas. Outro exemplo é a experiência da UFRN⁴, a qual elaborou e instaurou os Ateliês de Políticas Públicas, que contemplam desde o primeiro até o sétimo período do curso de Administração Pública da mesma instituição, no intuito de executar atividades integradas ao corpo docente com caráter multidisciplinar para trabalharem de forma prática o ciclo de políticas públicas e, para os semestres finais, estabeleceram as Vivências Públicas para aplicação do projeto idealizado nos semestres anteriores, ambas constituídas como componentes obrigatórios.

Outras instituições que possuem cursos do Campo de Públicas também apresentam experiências a partir de atividades extensionistas obrigatórias na grade curricular, como o caso da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro, com o Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal - Prinagem, o qual possibilita aos discentes do curso de AP-FJP vivenciarem os processos das administrações municipais, seus problemas e soluções a partir de propostas de trabalho. Este como outros exemplos irão construir base para análise da curricularização da extensão no Campo de Públicas e, a partir disso, a implementação da curricularização da extensão no curso de Administração Pública - UFLA (AP-UFLA).

Para explorarmos as ações extensionistas e seu potencial formativo, com direcionamento à sua curricularização integral, a ser tratada na próxima seção, é importante que entendamos a que pé está a extensão no Campo de Públicas - CP. Entretanto, pelo cunho de direcionamento deste trabalho e sua projeção em especial para a Universidade Federal de Lavras, aqui serão tratadas as experiências extensionistas no curso de AP da universidade em questão e, de forma especial, o caso do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem) e suas edições que foram realizadas em conjunto com a UFLA.

Atualmente, o curso de Administração Pública tem muitos de seus alunos vinculados a projetos de extensão cadastrados, tais como o projetos multidisciplinares NIARA⁵, MariArte⁶ e Empreendedorismo nas Escolas, por exemplo. Outros projetos de extensão são voltados para assessoria, como o projeto de Assessoria à Criação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) de Lavras, Desenvolvimento e Análise de Indicadores de Segurança Pública, Assessoria à Organização

³ Universidade do Estado de Santa Catarina;

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁵ Projeto da Enactus UFLA, podendo ser consultado em: <<https://projetoniar.com.br/>>

⁶ Projeto da Enactus UFLA, podendo algumas de suas ações serem visualizadas em:

<<https://ufla.br/noticias/extensao/12864-marias-que-bordam-a-vida>>

Institucional da Cultura em Lavras, dentre outros como o Projeto de Extensão, Permanência e Engajamento no Curso de Administração Pública.

Destes, muitos continuaram suas atividades mesmo em meio a pandemia da Covid-19 entre os anos de 2020 e 2021. Externo à UFLA e às suas ações extensionistas, o caso do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal - PRINAGEM veio até a instituição através de uma importante parceria com a Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Assim, unir esforços e potencialidades para a execução de um programa, mesmo que breve, trouxe de forma direta a teoria tratada no curso de Administração Pública e a exploração de possibilidades de projetos futuros. A experiência propiciada por essa parceria proporcionou o contato da FJP, que já possui a extensão como obrigatória em seu currículo, com a realidade da UFLA, que ainda não possui de forma institucionalizada esse tipo de atividade, criando assim a possibilidade de comparar os pontos necessários para a institucionalização e seus impactos.

A fim de compreender esse processo e realizar proposições metodológicas, o presente trabalho possui como objetivo geral avaliar o processo de implementação da curricularização da extensão no curso de Adm. Pública da Universidade Federal de Lavras e, como objetivos específicos: I) Analisar a Extensão e seu processo de curricularização no Campo de Públicas a partir de experiências do CP; II) Analisar especificamente a realização do Prinagem, em suas edições em parceria com a UFLA; III) Proposição de alguns subsídios gerais para a curricularização da extensão no curso de Administração Pública-UFLA em linha com as melhores práticas atuais do Campo de Públicas, de acordo com levantamento.

A relevância do estudo aqui realizado justifica-se por, além de explorar as possibilidades formativas oferecidas pela curricularização da extensão, explana os caminhos e possibilidades para o processo de implementação curricular da extensão na AP-UFLA. Assim, podemos pensar a extensão como atividade para além da observação, com papel fundamental também para o desenvolvimento ético do aluno, pois possibilita, de acordo com sua área de atuação, ter contato com diversos problemas e formas de resolvê-los. O estudante do Campo de Públicas necessita ter todas essas experiências e, principalmente, a habilidade de transformar a teoria em soluções, isto está integralmente ligado às áreas de conhecimento que trabalham a questão pública e sua diversidade. Assim, a atividade extensionista vem como fio condutor das possibilidades de experiências que proporcionem o contato direto com problemas sociais para além da realidade cotidiana.

Com base nas metodologias educacionais de Paulo Freire (1985), nas experiências bem sucedidas do CP e na ideia pragmática de Mary Parker Follett e autores tais como Rhein e Schön (1977), Rouse (1987), Latour (1987), Botomé (1996), Fischer (1998,2007,2016), Bernheim (2000), Costa e Santos (2012), Nogueira (2013), Imperatore (2015), Cefai (2019), Coelho (2020) e Boullosa (2021), este trabalho será

construído para que possa ser utilizado como ferramenta complementar na análise do processo de implementação da extensão universitária como componente curricular obrigatório e efetivo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção possui o intuito de explorar a extensão em três vias, sendo a primeira a sua questão jurídica, ou seja, sua trajetória legal institucional a partir das resoluções e portarias ao longo dos últimos anos até sua atual configuração e metas. Como segunda temática, a questão da utilização da extensão como instrumento para o fortalecimento da democracia será apresentado através dos olhares e teorias de alguns dos autores mencionados no tópico anterior, no intuito de explorar as possibilidades propiciadas pela obrigatoriedade da extensão e seus reflexos no meio acadêmico e externo - sociedade civil. Por fim, falaremos sobre a temática dentro do Campo de Públicas (CP) a partir da ótica de experiências práticas e de sucesso e de autores que trabalham o tema dentro do campo.

No intuito de delinear a curricularização da extensão no CP, para que na próxima seção possamos analisar a questão da obrigatoriedade na Adm. P. - UFLA, os tópicos aqui trabalhados servirão como pano de fundo para as futuras discussões. Assim, será estabelecido a partir desses três momentos, uma relação entre os pontos de vistas e possibilidades propiciados a partir do diálogo das teorias de base em confluência com potencial de formação profissional dos discentes do campo.

2.1- Caminhos legais da extensão - Marco Legal Regulatório da Extensão

A trajetória da extensão no Brasil, antes de ser mencionada explicitamente nas leis referentes à educação superior, esteve presente em experiências algumas décadas antes, bem como de forma implícita ou com poucas menções diretas em alguns decretos. Como exemplo tem-se o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, sancionado por Getúlio Vargas, com as primeiras referências legais acerca da extensão. Tal decreto estabelecia o Estatuto das Universidades Brasileiras, como em seu Artigo 23 o qual fazia referência às atribuições do Conselho Universitário que constava inicialmente suas atribuições: “[...] dentre seus itens organizar, de acôrdo com proposta dos institutos da Universidade, os cursos e conferências de extensão universitária (item XVII)”. Ainda nesse decreto, a extensão universitária é mencionada de forma direta, entretanto, de maneira discreta.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes Bases da Educação - LDB - nº 4.024/1961⁷ menciona a extensão universitária uma única vez, sendo esta no Artigo 69, o qual dispõe sobre os cursos que poderiam ser ministrados: “c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.” .

Continuando sua trajetória no quesito formalidade e legalidade, em 1968, com a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária, reconhecida como Lei nº

⁷Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, exceto os artigos 6º a 9º;

5.540/68⁸, a qual em seu Artigo 20 estabeleceu que “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.” Tal foi revogada pela lei nº 9.394/1996, a qual trata as atividades extensionistas em seu quarto capítulo, o qual discorre acerca da educação superior. A extensão universitária é contemplada, na última lei mencionada, em alguns de seus artigos. O primeiro a qual parece é Artigo 43 que dispõe sobre as finalidades do ensino superior e, por tais, trás a extensão em alguns de seus parágrafos em que podemos mencionar os seguintes

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015). (Brasil, 1996- 2015).

Sequencialmente, a lei traz em seu Artigo 44 as disposições acerca dos cursos e programas que a educação superior deverá abranger, dentre eles a extensão universitária também está presente como sendo um curso de caráter aberto para os “candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino” (Brasil, 1996). Dando continuidade, a extensão também se mostra presente no Artigo 52, nas disposições sobre a pluridisciplinaridade formativa a qual é caracterizada, primeiramente, como sendo:

I- pela produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II- um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III- um terço do corpo docente em regime de tempo integral (Brasil, 1996).

A extensão ainda se faz presente no Artigo 53, que dispõe sobre o exercício da autonomia, assegurado-as, entre outros pontos, em seu terceiro inciso: “III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão”. Inserido em mesma lei, o primeiro parágrafo do Artigo 53 conta também com a disposição que remete a garantia da autonomia didático-científica das universidades, a qual direciona a responsabilidade aos colegiados de ensino e pesquisa decidirem acerca dos recursos orçamentários disponíveis, sobre alguns pontos, dentre eles encontra-se: “IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão”, este último foi incluído pela Lei nº 13.490⁹, de 2017, a qual objetivou exclusivamente

⁸Redação revogada pelo Decreto Lei 464, de 1969.

⁹ Altera o art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13490.htm#art1>

alterar o artigo 53 da Lei nº9.394/1996, visando dispor sobre as doações às universidades, contemplando assim a parte orçamentária. Ainda no quesito de financiamento, o segundo parágrafo do Artigo 77 dispõe sobre as bolsas de estudo, o qual apresenta que: “§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.”

Em novembro de 1999, o Plano Nacional de Extensão estabelece o conceito de extensão universitária, como sendo aquele que é o “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Entre os seus objetivos, pode-se destacar a afirmativa que “a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (Brasil, 1999). Este objetivo pode ser visto como imperativo para a realização da extensão universitária, pois leva em consideração não apenas seu papel formativo, mas também o de levar o retorno às atividades acadêmicas para sociedade visando resolver os problemas sociais. Neste aspecto, percebe-se a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, que, de forma implícita, não há a possibilidade de realizar qualquer que seja o gênero de atividade extensionista sem a prévia teórica, colaboração com o corpo docente e correlatos, pois todos possuem sua função e se complementam.

A extensão universitária esteve presente de forma clara nos objetivos e metas do Plano Nacional da Educação de vigência de 2001-2010, conforme o previsto no Artigo 87, § 1º da Lei de Diretrizes Básicas, tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional, homologando o PNE por meio da Lei nº 10.172/2001. No plano em questão, quando tratado sobre o ensino superior, a extensão universitária é contemplada em 4 de suas 23 metas e objetivos, sendo eles os 7, 21, 22 e 23, os quais dispõem:

7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa.

[...]

21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.

23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (Brasil, 2001).

No ano de 2012, a Política Nacional de Extensão Universitária¹⁰, fruto de encontros anteriores de pró-reitores de extensão, formaram o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. Tal política é composta por quinze objetivos, os quais enquadram desde a reafirmação da extensão como “processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade”, bem como ação potencial para “contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País”, dentre outros.

A resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 (Conselho Nacional de Educação) foi a responsável por estabelecer as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamentou o disposto na meta nº 12.7 da lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Esta resolução dispõe, logo em seu início, três resoluções importantes a serem citadas neste trabalho. A primeira resolução se encontra no artigo primeiro da resolução nº7, a qual estabelece que “(...) as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino no país”.

O segundo artigo, da mesma resolução, refere-se a regulamentação das atividades acadêmicas de extensão das universidades a partir das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, “(...) na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios” (Brasil, 2018). De forma extensiva, a resolução em seu parágrafo único também traz a possibilidade dessas diretrizes serem direcionadas para os cursos superiores de pós-graduação, segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino superior a qual deseja executar as atividades (Brasil, 2018).

A resolução anterior, em seu Artigo 7 apresenta que, para serem consideradas atividades extensionistas, estas devem realizar “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias”. O artigo subsequente apresenta as modalidades de extensão, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos responsáveis, como

¹⁰Política Nacional de Extensão Universitária - Objetivos. <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>.

podendo ser: a) programas; b) projetos; c) cursos e oficinas; d) eventos; e) prestação de serviços. Modalidades essas que são complementadas pelo parágrafo único, o qual inclui que “além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional” (Brasil, 2018).

Dentre o caminho legal percorrido pela extensão universitária no Brasil, uma de suas maiores conquistas foi, justamente, sua integralização curricular de, no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos da grade curricular dos cursos do ensino superior, garantida pela Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Segundo os pareceristas da Portaria nº 1.350, do processo nº 23001.000134/2017-72, que trata sobre os antecedentes de aprovação da resolução que estabeleceu as diretrizes e normas para extensão, aprovado em 3 de outubro de 2018, a porcentagem “total de créditos curriculares dos cursos de graduação do ensino superior para os programas e projetos de extensão, orientando essa ação, prioritariamente, em áreas de grande pertinência social”.

Mediante ao exposto, foi possível observar que a extensão como componente curricular foi um passo importante para que suas atividades fossem mais valorizadas e, conseqüentemente, realizadas de formas diversas no ensino superior. Estas atividades foram asseguradas tanto pelo Plano Nacional de Extensão, quanto pela sua própria política (Política Nacional de Extensão Universitária), bem como as variantes extensionistas que estão ganhando corpo nos cursos de graduação e envolvendo mais seus alunos. Complementando a análise realizada nesta seção, o tópico subsequente explora o potencial de formação da extensão universitária direcionado para além da formação profissional.

2.2- Extensão: potencial de formação para a democracia?

A possibilidade de construção de um meio social mais democrático advém, além das decisões, do formato do sistema o qual estamos inseridos e o que fazemos para melhorá-lo. Exemplificando, temos a utilização das ferramentas de decisão, advindas da participação deliberativa da comunidade, estas são vistas como válidas a partir do sentido crítico quando estão ligadas ao propósito da construção da democracia, juntamente com outros instrumentos como a aprendizagem e a emancipação social (BOULLOSA: 2021: p.320). Aqui, em meio a esse pensamento, abre-se a discussão do papel da política para a construção da democracia. Por outras palavras, dentre a diversidade e possibilidades das políticas públicas, a política extensionista (políticas educacionais do ensino superior) se encontra como parte do todo da construção de uma educação mais democrática.

Em contraponto, para Rein & Schön (1977) *apud* Bouldosa *et al* (2021: p.313), a finalidade da política “não reside na decisão, pois importam mais os processos

criativos e a capacidade de refletir no decorrer da ação, imputando-lhes as dimensões de aprendizagem e emancipação sociais.” Portanto, o enquadramento da política de extensão vem justamente como sendo o espelho prático da noção de reflexividade que o termo “política” carrega nos moldes aqui tratados. Logo, é visto como uma forma de emancipação formativa por parte dos alunos e social para os beneficiados por ela. Assim, a política extensionista vem como capacidade de ampliação do sentido de democracia, a partir do uso das atividades realizadas pelos alunos no meio social como forma de emancipação social e instrumento formativo.

Para a autora Mary Parker Follett, através de Cefai (2019: p.4), “é impossível desconstruir a experiência e reconstruí-la a partir de diferentes fatores da situação como se fossem elementos separados”. Assim, a “experiência é a situação total que se reflete por meio de um duplo movimento de projeção e retrospecto” (CEFAI: 2019: p.4). Tal consideração pode ser usada para compreender a importância da extensão universitária no processo de formação do graduando, pois as experiências obtidas em projetos de extensão, por exemplo, não são executadas de forma isolada aos elementos teóricos estudados em sala de aula, bem como complementa-se pelas interações proporcionadas por tal. Entrelaçando, assim, a ideia de ter a política extensionista como meio democrático de expandir as possibilidades não apenas da comunidade mas também dos graduandos, quando esta é tratada como vetor de transformação.

A questão do uso da extensão como engrenagem no caminho formativo do estudante externaliza, de forma indireta, a ideia de Fischer (2016), quando este aponta que

Ainda dominadas por uma concepção ultrapassada da epistemologia científica, as ciências sociais e das políticas públicas equipam mal os seus alunos (...) para o mundo que eles são enviados para confrontar. Armados com desenhos de pesquisa empíricos e métodos estatísticos, muitas vezes eles têm pouca ou nenhuma formação em qualquer compreensão dos fundamentos normativos e interpretativos das ferramentas que aprenderam a confiar, ou das configurações sociais sobre as quais essas técnicas devem ser aplicadas (FISCHER: 2016: p.176 e 177).

Tomando por base a ideia anteriormente apresentada, pode-se interpretar que o referido autor trata da forma que se utiliza as ferramentas disponíveis dentro do campo das ciências sociais aplicadas, o qual contempla o Campo de Públicas. Aqui, a crítica feita se relaciona às práticas que se limitam a utilizar apenas uma metodologia empírica de forma isolada aos demais pontos, como ele mesmo trás como sendo “compreensão dos fundamentos normativos e interpretativos (...) ou das configurações sociais sobre as quais essas técnicas devem ser aplicadas” (FISCHER: 2016: p. 177). A proposta do uso da extensão como ferramenta formativa supre a necessidade exposta por Fischer em seu escopo, quando adequada à realidade do campo e da particularidade de cada instituição, possuindo assim o potencial de proporcionar uma experiência complementar adequada aos discentes, de forma direta e à comunidade, de forma indireta.

A visão de Follett (*apud* Cefaï: 2019) reforça que a “experiência é a situação total que se reflete por meio de um duplo movimento de projeção e retrospecto” e aqui, temos o apontamento como uma questão a ser considerada na construção do processo educativo. A corrente pragmatista de ideia defendida por Follett, que trabalha a questão da validade de uma teoria ou doutrina através de seu bom êxito prático através de uma série de teorias e pontos relevantes ao debate como a própria interação social,¹¹ trás justamente o papel da experiência ao longo da interação coletiva dos atores como um ponto relevante a ser considerado.

Na análise do compilado de obras de Follett, (*apud* CEFAÏ: 2019: p.5) há o apontamento que “a experiência é uma ‘interação infinita’”, ou seja, a relação de trocas estabelecida entre os grupos tende a ser mútua e constante. A experimentação social das relações humanas propostas pela experiência prática também possibilita observar e analisar sua configuração e o que podem (ou não) gerar. Como também, viabilizam compreender a forma como esses atores se interligam, sendo que as “suas vidas se combinam e se entrelaçam, suas ideias se respondem transformando-se mutuamente e terminam por produzir uma ‘ideia composta’”(CEFAÏ: 2019: p.5). Transpondo ao exame da extensão, é algo que pode ocorrer, devido ao caráter do papel social conferido à atividade em sua parte legal institucional, ou seja, da troca recíproca entre comunidade acadêmica e sociedade civil externa, onde ambas aprendem e são beneficiadas pelas atividades. A possibilidade de que ocorra tal interação é influenciada pelo caráter da atividade a qual está sendo realizada, pelo nível de envolvimento e pelo potencial de interação do curso de origem. Essa modalidade de experiência configura-se como ponte para a potencialização da formação do graduando na medida em que o coloca em contato com problemas cotidianos e o instiga a resolvê-los através de ações práticas.

Para Costa e Santos (2012),

a extensão deve procurar implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmicos e o popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática (COSTA e SANTOS: 2012: p.2).

De certa forma, esta perspectiva conduz até mesmo sobre os pensamentos de fazer e levar o saber à comunidade, contribuindo para seu desenvolvimento. Entretanto, não se deve ignorar o que a própria comunidade tem a transmitir, pois o saber social não se constitui em uma via unilateral. Além disso, percebe-se o diálogo com as reflexões de Cefaï (2019) *apud* Follett em relação à questão da transformação mútua

¹¹ Corrente pragmatista de Mary Parker Follett, através da análise realizada de seus trabalhos por Daniel Cefaï no ano de 2019.

entre os atores sociais, estabelecida por essa troca, gerada através da integração proposta por Costa e Santos (2012).

Em contraponto a ideia, Bernheim (2000), *apud* Costa e Santos (2012), traz que

a difusão cultural não permite que a universidade estabeleça outras relações com a comunidade, a não ser dar a ela uma parte do fazer universitário, sem indagação prévia do mundo para onde está se dirigindo a comunicação, nem se percebendo nada dessa comunidade (COSTA e SANTOS: 2012: p.4),

Comparado de forma direta aos postulados de Freire (1985: p.22), quando este fala que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”. Nesse sentido, a ideia de privação de relações diversas com a comunidade se perde, pois além de ação a extensão também é uma forma de construir, transmitir e absorver conhecimento. Nesse caminho, Fischer (1998: 2016) diz que

muitas vezes, a pesquisa sociológica documentou o quão a ciência é tanto uma atividade sociocultural como um empreendimento técnico. Na verdade, não é possível o completo entendimento dos achados científicos para além das configurações socioculturais que lhes dão propósito e significado (FISCHER:1998: 2016: p.167).

Portanto, para que as ações extensionistas ocorram é necessário saber sobre o grupo de pessoas ou comunidade a qual esta irá atuar, não podendo ignorar a cultura local nem mesmo o que ela proporciona pois, muitas das vezes, as ações extensionistas e o planejamento para a resolução dos problemas ali existentes, podem estar interseccionados com as vivências de tal região. Assim, a teoria da experiência e da ação, estudadas por Follett, de acordo com Cefaï (2019), orientam para a necessidade de interação e de compreensão que a extensão universitária configura-se em sua práxis como uma via de mão dupla, estabelecendo uma conexão mutualística entre a comunidade e a instituição de ensino.

De encontro ao exposto, a própria Política Nacional de Extensão Universitária trata a extensão como sendo primordial na formação não apenas do graduando, mas também dos envolvidos no processo. Remete, portanto, a necessidade de “reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (FORPROEX: 2012: p. 5). Por outro lado, tratando a extensão também como produção de conhecimento, tal regulamentação ainda aponta em seu sétimo objetivo a ideia de ampliação de acesso ao saber, quando traz essas atividades como forma de “possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a

ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País” (FORPROEX: 2012: p. 5).

Na esteira desse processo, tal perspectiva configura-se, de acordo com Bordenave (2007), no ato de

(...) interagir com a comunidade, a extensão universitária colhe em primeira mão as necessidades dos diversos setores da população em seu contexto real, o qual evita que o estudante se forme exclusivamente no ambiente artificial do claustro acadêmico (...) (BORDENAVE: 2007: p.45).

No mesmo sentido, Nogueira (2013), trata das condições de transformações entre universidade e a sociedade, nas trocas promovidas pelas atividades da extensão, em que:

A Universidade, no cumprimento de sua responsabilidade social, promove o processo de comunicação cultural com a sociedade, mas isolada não colabora com os conflitos e rotinas do cotidiano social. Para que ocorram mudanças são necessárias trocas capazes de fazer surgir o novo, que é fruto ora do diálogo, ora da disputa, das tensões que envolvem a universidade como parte da sociedade (NOGUEIRA: 2013: p.15).

É pertinente salientar a necessidade de reconhecer a própria extensão universitária, como aponta Nogueira (2015):

a) como instrumento de transferência de conhecimento; b) como instrumento de produção de conhecimento; c) como instrumento de desenvolvimento econômico-político-social-cultural – seja na potencialização de políticas públicas, seja na mobilização político-institucional, seja no desenvolvimento de programas específicos a partir de capacidades e competências instaladas na Universidade (NOGUEIRA: 2015: p.18).

Assim, entende-se a partir de Fischer (1998: 2016: p.167) tomando por base Latour (1987), que “a realidade é desvendada para ser adaptada ao instrumento empírico”, ou seja, a partir da obtenção dos resultados, “ao identificar e organizar partes da realidade que cabem no projeto de pesquisa” há a possibilidade de além de trabalhar com o que foi fornecido de ir “além desses processos de seleção para reestruturar o contexto social” (FISCHER:2016:p.167 *apud* ROUSE:1987). Consequentemente, essas questões só podem ser melhor exploradas quando executadas juntamente com a prática, ou seja, nas experiências vividas e isso está estritamente relacionado ao ciclo das políticas públicas e com a questão da implementação da política educacional de extensão não seria diferente, visto que aqui fazemos referência justamente da necessidade de atividades práticas como obrigatórias no currículo do CP.

Por fim, Fischer complementa essa ideia quando argumenta que “um modelo discursivo de investigação em políticas públicas deve incluir a investigação empírica” (FISCHER: 2016: p.173) e “além das questões de metodologia, o modelo pós positivista de deliberação prática”, modelo este defendido pelo autor, “contém implicações importantes para a transformação das estruturas institucionais e práticas do processo mais geral de políticas públicas” (FISCHER: 2016: p.174). Ainda para o mesmo autor, ao longo do seu referido trabalho, mesmo que não sendo proposital, há a afirmação da necessidade de se utilizar metodologias diferentes. Neste caminho, o autor traz que “ao dar nova vida aos nossos métodos e práticas, ele abre o caminho para uma abordagem mais rica e produtiva para a investigação social e política” (FISCHER: 2016: p.177), fechando então a ideia da extensão como potencial formativo e de fortalecimento da democracia.

2.3- Extensão e sua curricularização no Campo de Públicas

No caso do Campo de Públicas, entre os anos de 2015 e 2020, foram estabelecidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública, o que representou um marco para a referida área do conhecimento (COELHO *et al*: 2020). À partir dessas diretrizes muitos desafios foram enfrentados e continuam aparecendo, entre estes, Coelho (2020) aponta o:

Incremento da atuação sistêmica dos cursos de graduação em prol de uma formação acadêmica interdisciplinar (para além de um arranjo multidisciplinar), baseada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e no diálogo contínuo entre estudantes, professores, egressos, parceiros e potenciais empregadores (COELHO *et al*: 2020: p. 509).

Para trabalhar os desafios, alguns são entendidos como prioritários. Dentre estes, destacam-se três do primeiro bloco, em que há a arguição para a necessidade do “aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente no âmbito dos cursos de graduação” (COELHO :2020: p. 515). Nota-se ao analisar o texto que, tanto esse desafio considerado no primeiro bloco de “desafios prioritários” quanto o sexto, dentre os desafios gerais, tratam da necessidade de programas que articulem a teoria com a prática através do lapidamento das próprias matrizes curriculares, tal qual se daria a partir da adoção de novas estratégias pedagógicas, metodologias ativas que busquem trabalhar o potencial dos alunos e de seu conhecimento, bem como, levá-los a novas experiências e oportunidades.

Neste desafio acima mencionado, o autor destaca “(...) a possibilidade de mais articulação de elementos teórico-conceituais com aspectos instrumentais e práticos da atuação pública” (COELHO *et al*: 2020: p.515). Diante disso, verifica-se a

potencialidade de trabalhar melhor as possibilidades de programas de extensão nos formatos de internatos, ações continuadas e residências durante a graduação para os alunos do CP. No texto mencionado, foi utilizada a participação de algumas pessoas do próprio CP na intenção de entender seus anseios e, um ponto de destaque é a certa concordância em se ter mais programas que explorem a resolução de problemas na prática e a utilização de novas ferramentas. Segundo algumas destas respostas, a:

avaliação das ferramentas mais adaptáveis aos cursos do Campo de Públicas às novas demandas de atividades remotas de ensino, inclusive, estágios, pesquisa e extensão (...) e debates acerca dos potenciais das ferramentas tecnológicas, mas também dos seus limites e como o Campo poderá suprir tais limites (COELHO *et al*: 2020: p. 516).

Assim, pensar em ações que efetivem a curricularização da extensão nos cursos do CP é também pensar em aumentar a contribuição com a sociedade, com as instâncias de administração governamental, com o desenvolvimento de políticas públicas potenciais e no desenvolvimento de estudos derivados. Além disso, proporciona explorar de forma direta as potencialidades dos graduandos em atividades práticas, a ampliação de sua capacidade de resolução de problemas (estes vistos com maior ênfase nos exemplos das aulas e experiências práticas), o aumento de chances de trocas de experiências e saberes, dentre outros. Em função disso, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária,

sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (FORPROEX: p.23: 2012).

O autor Imperatore *et al* (2015: p.2) ainda considera que propor a curricularização da extensão é pensar para além de seu papel institucional secundário, ou seja, saindo da ótica de marginalização da extensão e dando a ela um papel de importância a qual merece. Estes autores advogam, portanto, para a “redefinição do currículo a partir da extensão, que orienta a pesquisa, retroalimenta o ensino e fundamenta a gestão acadêmica” (ibidem). Essa ordem inversa se afasta do que os autores trazem como “modelo vigente”, que pode ser compreendido pela subordinação das

políticas de ensino e pesquisa às delimitações do ‘negócio educação’ e marginaliza a extensão, conformando-a, ora a práticas assistencialistas, ora a um balcão de negócios universidade-empresas (BOTOMÉ: 1996), ora, exclusivamente, a cursos (complementaridade curricular) e eventos (publicização do saber acadêmico) (IMPERATORE *et al*: 2015: p.2).

Pensando na efetiva curricularização, Imperatore *et al* (2015) apontam que

mais do que a integração da extensão ao currículo/curricularização, o que se propõe¹² é a efetiva indissociabilidade extensão-pesquisa-ensino, tendo por trajeto um currículo marcado pela deposição da compartimentalização disciplinar, da sala de aula como único ethos de aprendizagem, da promoção da (re)territorialização da universidade (IMPERATORE *et al.*: 2015: p.2)

Nesse sentido, tomamos por norte que a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX: 2012: p. 42).

Idealizando atividades extensionistas como permanentes na grade curricular, nos últimos tempos algumas instituições de ensino superior estão construindo guias de propostas, apoio ou para curricularização direta de atividades de extensão. O guia “Curricularização da Extensão dos Cursos de Graduação da UEPG - apontamentos e orientações” da Universidade Estadual de Ponta Grossa, publicado em 2021, elenca não apenas a base legal para que a curricularização da extensão ocorra, mas também orientações para ações internas da referida universidade, além de incluir um item para o assunto em seu projeto pedagógico (3.7 Extensão como componente curricular). O documento aponta as seguintes diretrizes para a curricularização da extensão: I) “análise e proposição pelo Colegiado de Curso Disciplinas, Programas e Projetos que podem ser curricularizadas para a extensão universitária”; II) “verificação de Programas e Projetos do Curso já existentes que podem ser utilizadas para a curricularização”; III) “registro de novos Programas, Projetos de extensão na Proex”; IV) “determinação, pelo Colegiado de Curso, de horas das atividades que podem ser validadas para a curricularização” (Universidade Federal de Ponta Grossa: 2021: p.33).

Outro exemplo de proposta é da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a qual disponibilizou em 2017 o “Guia Para Curricularização das Atividades de Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de São Paulo”, elaborado pela Comissão de Curricularização. Ficou estabelecido nesse documento que o formato a ser adotado com as atividades de extensão nos cursos de graduação da UNIFESP seria por unidade acadêmica e seguiriam algumas formalidades no tocante carga horária, em que se estabelece:

O reconhecimento das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo ocorrerá no âmbito das unidades curriculares vinculadas a Projetos e Programas de Extensão. Nessas unidades curriculares, haverá indicação da carga horária reconhecida como extensionista, de acordo com a orientação a seguir: I - as Unidades

¹²O autor apresenta que essa proposta está interligada ao “desafio apresentado às instituições comunitárias de ensino superior ante a estratégia 12.7 do PNE” sendo este que “revigora sua natureza e identidade a partir da valorização da ação extensionista como elo (com a sociedade) orientador da pesquisa, do ensino e da gestão” (IMPERATORE *et al.*: 2015: p.12).

Curriculares poderão ter carga horária integralmente reconhecida como extensionista, validando o total de sua carga horária como atividades de extensão; ou poderão ter carga horária híbrida, validando uma porcentagem de sua carga horária como atividades de extensão;

II - os Projetos e Programas de Extensão podem corresponder a uma ação extensionista do curso, inter ou multi cursos e envolver parcerias externas, conforme descrito no Regimento PROEC / UNIFESP (UNIFESP: 2017: p.18-19).

Esses dois modelos e outros existentes como o Guia de Apoio ao Processo de Implementação da Curricularização da Extensão da UFAC, documento de 2017 da Universidade Federal do Acre e o Guia Para Curricularização da Extensão na UFAL, cartilha redigida pela pró-reitoria de extensão da Universidade Federal de Alagoas, bem como outros exemplos, buscam delinear padrões normativos e institucionais internos para a execução dessas atividades. Além disso, há a existência das propostas de resoluções para regulamento e registros de atividades extensionistas como permanentes e obrigatórias nos currículos dos cursos de graduação. Como exemplo de resolução aprovada e efetivada é da UNIFESP, de 2017, que regulamenta a curricularização da extensão e as disposições legais para sua execução.

Estes documentos nos orientam a saber as possibilidades de caminhos para a inserção desses parâmetros em outras instituições. Diante disso, ao abordar a extensão universitária no CP implica compreender o aumento de capacidade de ação, formação e trocas. Exemplificando isso, algumas experiências no campo vem como uma forma de explorar não apenas as atividades de extensão em si, mas também a multiplicidade e variedade que é o CP, a partir de seu lócus público, subcampos e interfaces disciplinares (COELHO *et al*: 2020: p.501). Nesse sentido, trataremos a seguir brevemente de algumas experiências práticas de graduandos do campo na intenção de explorar trabalhos acadêmicos que tratam da extensão universitária no campo de públicas no Brasil.

O trabalho de Torres *et al* (2020) apresenta o resultado de ações extensionistas provenientes do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (Laurbs), proveniente do curso de extensão Introdução à Democracia, Sustentabilidade e Políticas Públicas da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Os resultados apresentados foram influenciados pela pandemia da Covid-19 e assim, instigaram a pensar sobre a “necessidade de se contemplarem epistemologicamente os efeitos da pandemia por Covid-19 nas ações de extensão universitária, sobretudo àquelas desenvolvidas em territórios e junto a grupos alvos de precarizações no espaço urbano” (TORRES *et al*: 2021: p.2). Nesse aspecto, o trabalho de extensão executado pelos alunos da UFCA fora pensado para ser realizado diretamente no bairros “periféricos presentes nos três municípios do triângulo Crajubar - Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha -, principais municípios da RM Cariri em termos demográficos e econômicos” (TORRES *et al*: 2021: p.8), sendo realizadas as atividades a partir da oferta de uma

disciplina eletiva em uma escola estadual da região mencionada. Idealizada para ser efetuada de forma presencial, a atividade extensionista em questão sofreu adequações em seu plano de trabalho e metodologias alternativas. Os autores trazem a reflexão que, mesmo com as dificuldades encontradas ao longo do caminho para a realização das atividades, "as adaptações das ações extensionistas foram salutares para a continuidade das atividades" (TORRES *et al*: 2021: p.16).

Dando seguimento às experiências extensionistas, outro caso que também fora prejudicado pela pandemia do novo coronavírus foi o artigo apresentado por Ribeiro e Costa (2021), que discorreram sobre as experiências provenientes do Programa de Internato em Gestão Municipal, originalmente da Escola de Governo Paulo Neves - Fundação João Pinheiro, que também contou com a parceria da Universidade Federal de Lavras. Este exemplo de ação extensionista já está enquadrado como atividade obrigatória no curso de AP-FJP, diferentemente da universidade parceira. Os autores trazem a experiência de ter contato com a administração municipal de Luminárias-MG, com os problemas apresentados e a possibilidade de pensar soluções, sendo assim, uma atividade que instiga diretamente a parte prática do graduando em administração pública, sendo que "o programa pode proporcionar a experiência de lidar com os problemas da unidade municipal bem como com os desafios impostos pela pandemia" (RIBEIRO e COSTA: 2021: p.15).

Para finalizar as experiências utilizadas neste tópico, podemos citar o projeto de extensão 10Envolver Capacidades¹³, apresentado por Saraiva *et al* (2021). Este projeto configura-se como uma ação da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais. O projeto em questão, segundo os autores,

tem o seu foco principal direcionado para as administrações públicas dos dez municípios do estado de Minas Gerais com os menores Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010, em um trabalho com atividades voltadas para a gestão pública e o fortalecimento de espaços de participação social" (SARAIVA *et al*: 2021: p.1).

Ainda que tímidas, do ponto de vista de estarem ou não em processo de curricularização ou já estarem interiorizadas nos planos políticos pedagógicos dos cursos, muitas experiências de extensão no CP se fazem presente tanto no meio acadêmico quanto no meio social. Atuando em diversos locais e com diferentes finalidades, elas se encontram na necessidade de expansão e institucionalização nas unidades de ensino superior, que podem ser realizadas através da curricularização, o que segundo Tesche e Icaza (2021: p.4) "a curricularização da extensão deve ser vista como parte do processo de institucionalização da extensão nas universidades".

¹³ O projeto em questão, após passar por reformulações, agora pode ser encontrado a partir do nome: Pontes para Cidadania.

3- METODOLOGIA

Para que o objetivo desta pesquisa seja alcançado, alguns processos foram necessários, dentre eles o estabelecimento de um percurso metodológico. Assim, trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, a qual explora os métodos de pesquisa documental, levantamento bibliográfico e a realização de uma entrevista semi-estruturada.

No eixo do caráter exploratório, consideramos o que Gil (2002: p.41) declara como um processo que têm como:

objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Sellitz et al.: 1967: p. 63).

Como apresentado pelo autor, encontram-se os métodos de pesquisa utilizados para a construção da presente pesquisa, tais como, o levantamento bibliográfico e análise de documentos. Na primeira ação, serão abordadas as experimentações da institucionalização da extensão no CP (Laboratório de Estudos Urbanos - UFCA; PRINAGEM - FJP/UFLA; 10Envolver Capacidades - FJP) a partir das diretrizes e normas servem como base para pensarmos sua adequação ou como exemplo de aplicação na Universidade Federal de Lavras. Ademais, na segunda ação será utilizada a pesquisa documental, decorrente da análise dos documentos e leis referentes ao assunto. Por fim, será realizada uma análise comparativa entre tais experiências e suas normativas para que, assim, possa estabelecer um paralelo entre seus principais pontos, divergências e similaridades. Após tais atividades, iremos explorar as possibilidades para o processo de institucionalização na Adm. Púb - UFLA.

Em relação ao levantamento bibliográfico, Andrade (2010) define que é:

é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE: 2010: p. 25).

No mesmo sentido, Sousa *et al* (2021) consideram que a pesquisa bibliográfica é “primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados”. Assim, conforme Gil (2002: p.61) “o levantamento bibliográfico preliminar é que irá possibilitar que a área de estudo seja delimitada e que o problema possa finalmente ser definido”, ou seja, a partir da análise dos dados que correspondem à toda informação escrita tomada como base para a construção dessa pesquisa.

De forma complementar, a análise documental elucida as experiências apresentadas em relatórios e portarias que dizem respeito à institucionalização da curricularização da extensão, sendo assim diferente da análise bibliográfica. Nesse sentido,

enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL: 2002: p. 45).

Além disso, para Lüdke e André (1986: p. 38) “a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Ainda para os autores, esta modalidade técnica de pesquisa “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (LÜDKE e ANDRÉ: 1986: p.38). Os documentos utilizados para a construção dessa pesquisa vão desde os referentes à parte normativa legal, realizada através de um apanhado de portarias, resoluções, leis e afins, até relatórios de experiências sobre a curricularização da extensão no CP por meio de programas e projetos.

Para obter maior profundidade no assunto da extensão como componente curricular no CP, a entrevista apresentou-se como sendo complementar para a compreensão da situação da curricularização na Universidade Federal de Lavras. Tal metodologia, segundo Gil (2010: p.117) é realizada tomando por base “(...)duas etapas fundamentais: a especificação dos dados que se pretendem obter e a escolha e formulação das perguntas”. Segundo o mesmo autor, a modalidade pode assumir três vertentes dependendo do seu grau de abertura entre entrevistado e entrevistador, bem como o foco o qual deseja-se obter, portanto uma entrevista pode se assumir como: a) focalizada - “(...)embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão.” (GIL: 2010: p.117); b) parcialmente estruturada - “(...)quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso.” (GIL: 2010: p.117); c) totalmente estruturada - “(...)quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas”(GIL: 2010: p.117).

No intuito de aprofundar as discussões e perspectivas da questão da extensão no CP, a utilização da entrevista semiestruturada foi adotada. Esta modalidade, como acima mencionada, possibilita que haja maior interação entre o entrevistador e entrevistado (por escrito), liberdade esta que auxilia na busca das informações desejadas. Logo, será adotada a entrevista semiestruturada (qualitativa), semi-aberta, no modelo de roteiro e com profundidade. Enquadra-se como semi-aberta pois contará com um roteiro de questões guia que direcionarão para os interesses dessa pesquisa, roteiro este que contará com questões apoiadas nas teorias aqui utilizadas. No total, o roteiro foi elaborado com cinco questões abertas¹⁴ e com instruções para resposta por escrito. Para Triviños, a entrevista semi-estruturada

em geral, aquela que parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS: 1987: p.146).

O autor ainda coloca que as questões que compõem o roteiro “não nasceram a priori. Elas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu (...)” (TRIVIÑOS: 1987: p.146). Questões descritivas dirigidas para a obtenção de respostas que informem o almejado foram adotadas para a construção do roteiro, estas possuem a finalidade de se abstrair respostas acerca das experiências dos entrevistados com os assuntos ali tratados, bem como o roteiro conta com a presença de perguntas que causais, estas que possuem a finalidade de determinar as motivações para que o fenômeno social ocorresse (TRIVIÑOS: 1987: p.150).

¹⁴ Vide apêndice A

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aqui serão tratadas as experiências extensionistas nos cursos de Administração Pública de instituições de ensino superior na tentativa de extrair, a título de exemplo, metodologias e adaptações para uso interno. Assim, serão analisados os projetos de extensão: Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (Laurbs) - UFCA; Pontes para Cidadania (antigo Projeto 10Envolver Capacidades) - FJP; Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem) - FJP. Em especial, o caso do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal serão abordadas suas edições realizadas em conjunto com a UFLA (9º, 10º e 11º).

Atualmente, o curso de Administração Pública - UFLA possui alguns de seus alunos vinculados em diversos projetos e programas de extensão, estes sendo tanto do Departamento de Administração e Economia (DAE) e Departamento de Administração Pública (DAP) quanto de outros departamentos, como o Departamento de Direito (DIR). De acordo com os últimos dados fornecidos pela Coordenadoria de Programas e Projetos (PROEC-UFLA), até outubro do ano de 2021 o curso de Adm. P. da federal de Lavras possuía o total de 38 alunos cadastrados em programas ou projetos de extensão, sendo dois destes alunos com matrícula trancada mas que continuaram atuando. Contabilizando todos estes programas e projetos de extensão cadastrados, o montante chegou a 31, sendo que muitos alunos estavam cadastrados em mais de um deles, somando (com participação dupla), 54 participantes ativos para 31 programas e projetos.

A seguir, o quadro 1 apresenta a relação entre estes programas e sua orientação e origem, de acordo com os departamentos de administração e economia¹⁵ e administração pública. À partir do quadro percebe-se que os orientadores se dividem, em sua maioria, entre o DAP o qual possui orientação de 23 discentes divididos entre nove programas ou projetos e o DAE com orientação de 18 discentes entre oito programas ou projetos.

¹⁵ O curso de Administração Pública até o ano de 2020 ficou sob a vigência do Departamento de Administração e Economia, após a aprovação da nova estrutura organizacional interna pela resolução Resolução CUNI nº 025 (aprovada pelo Conselho Universitário) e a divisão dos departamentos e cursos em faculdades, o curso de Adm. P. fora contemplado pela criação de um departamento próprio. Sendo assim, houve o desmembramento do DAE para elaboração do DAP, entretanto, muitos professores e, conseqüentemente seus projetos, ainda pertencem ao DAE, o que é expresso pelo número de alunos vinculados ao então departamento.

QUADRO 1 - Relação de discentes do curso de Administração Pública - UFLA e sua atuação em programas e projetos de extensão, segundo orientação por departamento (DAE ou DAP)

Nº de discentes	Projeto ou Programa	Departamento do(a) Orientador(a)
5	Assessoria à criação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) de Lavras	DAE
3	Assessoria à organização institucional da cultura em Lavras	DAE
1	Negócios Mirins	DAE
1	MariArte (projeto da Enactus)	DAP
2	A Lei Aldir Blanc e o fomento à participação social no setor cultural na microrregião de Lavras.	DAE
2	Desenvolvimento e análise de indicadores de segurança pública	DAP
2	Desenvolvimento e análise de indicadores em saúde pública	DAP
1	Desenvolvimento e análise de indicadores ambientais	DAP
2	Desenvolvimento e análise de indicadores em assistência social	DAP
1	EmpreendeUFLA - Ações de Inovação e Empreendedorismo na Ufla	DAE
4	Empreendedorismo na Escola	DAE
2	Centro de Inteligência em Governos (CIGov)	DAP
1	NIARA (projeto da Enactus)	DAP
1	Mapeamento e divulgação de tecnologias sociais na universidade	DAP
1	Apoio burocrático-legal à estruturação do Sistema Municipal de Cultura em Lavras	DAE
1	Desenvolvimento e análise de indicadores educacionais	DAP
1	Projeto de Extensão Permanência e Engajamento no Curso de Administração Pública	DAE

Quadro elaborado pela autora à partir dos dados fornecidos pela PROEC-UFLA em outubro 2021

Levando em consideração que, atualmente, o curso de Adm. P.-UFLA possui um total de 446 discentes matriculados na modalidade presencial, destes, 368 discentes possuem matrícula ativa e 78 estão com a matrícula trancada. Tais estimativas foram geradas pela Diretoria de Registros e Controle Acadêmico e fornecidas pela coordenação do curso de Adm. P. no mês de março de 2022. Sendo assim, o período que separa os dados apresentados na tabela para a análise da situação de ativos do curso, mesmo sendo de apenas cinco meses. Considerando que 36 dos 38 discentes registrados em programas ou projetos de extensão estão matriculados e em atividade, o número total de alunos com matrícula ativa que estão vinculados a projetos de extensão é de apenas 10% em relação ao total de discentes do curso.

Tendo em vista a curricularização da extensão no curso de Adm. P.-UFLA, a análise destes números revela a necessidade de se pensar estratégias e formatos de extensão que abracem a realidade do curso e de seus discentes. Para tanto, é necessário compreender que, por ser um curso noturno, apresenta um corpo discente formado por uma diversidade de pessoas e realidades, como por exemplo os alunos que estudam e trabalham. As adequações das atividades extensionistas, quando estas aplicadas de forma institucionalizada, devem levar em consideração os detalhes e abraçar as oportunidades.

Visando pensar uma metodologia adequada para a realidade do curso na UFLA, as três experiências (exemplo de extensão) mencionadas neste tópico serão apresentadas e analisadas individualmente no próximo subtópico. Juntamente com as experiências também será apresentado, de forma breve, como a extensão está em cada plano político pedagógico, ou seja, dentro do currículo obrigatório de cada curso como ela se encontra (considerando sua condição de componente curricular obrigatório). Para tal, os Projetos Políticos Pedagógicos da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro e da Universidade Federal do Cariri foram consultados e analisados para maior compreensão da temática.

4.1- Experiências de extensão analisadas

4.1.1- Onde está a extensão na Universidade Federal do Cariri? O exemplo do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas - LAURBS Extensão

O Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Política Pública é

um grupo de pesquisa, extensão e cultura (...), de caráter interdisciplinar que tem como principal objetivo construir um espaço de produção, debate e análise de conhecimentos acerca das questões urbano-regionais e metropolitana, da sustentabilidade e das políticas públicas, tendo como destaque as políticas educacionais, urbanas e ambientais. (NASCIMENTO e BARRETO: 2020: p.3).

O laboratório possui dois programas de extensão, o LAURBS - Extensão e o Programa Paidéia Cidade Educadora. Ambos os programas visam

a promoção e o desenvolvimento de projetos e ações de extensão de cunho formativo nos espaços urbanos e rurais (...) em prol do desenvolvimento dos cidadãos (...) e das possibilidades de transformação do contexto onde vivem (NASCIMENTO E BARRETO: 2020: p.3).

Assim, a experiência analisada proveniente do LAURBS, propôs “a promoção de uma disciplina eletiva em uma escola pública da rede estadual de ensino em Juazeiro do Norte - CE” como também “a oferta de um circuito de oficinas no bairro Horto em Juazeiro do Norte” e a “realização de uma disciplina eletiva em uma escola pública da

rede estadual de ensino em Barbalha - CE” (TORRES *et al*: 2020: p.8). As ações extensionistas realizadas são um exemplo de uma dentre as possibilidades de atividades de extensão tidas como obrigatórias na grade curricular do curso de Adm. P. e Gestão Social da UFCA. As atividades de extensão do laboratório, segundo sua página oficial¹⁶, estão vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Cariri – UFCA e se divide em duas linhas, sendo elas: 1) Estudos Urbano-Regionais, Desenvolvimento Sustentável e Metropolização; 2) Políticas Educacionais, Ensino e Formação Docente.

Para entendermos mais sobre as possibilidades do curso de Administração Pública e Gestão Social da UFCA, analisaremos brevemente seu Projeto Político Pedagógico. Neste, além das disciplinas obrigatórias e demais complementares, existe uma porcentagem de horas do currículo obrigatório destinadas às oficinas temáticas e à residência social. No caso das oficinas temáticas, estas se configuram como disciplinas obrigatórias, entretanto possuem carga horária de caráter misto, tendo 50% destinada a atividades práticas. O documento do projeto pedagógico explica que

As oficinas temáticas são disciplinas obrigatórias, ofertadas do primeiro ao sétimo semestre, com caráter eminentemente de integração entre teoria e prática. Com isto, tais disciplinas deverão prever, pelo menos, 50% de horas em atividades práticas, preferencialmente no formato de ações de extensão e integradas com projetos ou programas ligados ao curso (UFCA: 2017: p.21).

Outra opção ofertada pela UFCA no curso em questão é o estágio supervisionado em Residência Social, apontado no projeto político pedagógico do curso como sendo

um instrumento de integração entre o conhecimento científico e o treinamento operacional, proporcionando aos estudantes o contato direto com os elementos comportamentais e o dia-a-dia do relacionamento humano no campo de trabalho (UFCA: 2017: p.22).

Contemplada pela Lei 11.788¹⁷, popularizada como “Lei de Estágio”, instituída em 25 de setembro de 2008, a Residência Social se difere “das exigências específicas da Lei quanto à parte concedente (Art. 9º), o estágio será equiparado à atividade de extensão, de monitoria e de iniciação científica, conforme previsto no Capítulo I; Art. 2º, §3º” (UFCA: 2017: p. 22). Analisando as formas que a residência social na UFCA

¹⁶ Disponível para consulta em: <<https://laurbs.ufca.edu.br/sobre-laurbs/>> Acesso em 19 de março de 2022.

¹⁷ BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de setembro de 2008, seção I, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 19 de março de 2022.

pode ocorrer, a prática da teoria está presente em todas as opções (extensão, monitoria e iniciação científica), mesmo que de diferentes formas, os discentes são levados a realizar atividades práticas dentro do seu campo de estudo.

Sendo assim, as atividades de extensão de caráter obrigatório realizadas internamente no curso possuem caráter adaptativo, ou seja, são ofertadas em diferentes modalidades. O fato anteriormente mencionado explicita alguns pontos positivos, dentre os quais cito: 1) possibilidade de escolha do discente, de acordo com suas necessidades e disponibilidade; 2) capacidade de adaptação do curso mediante a necessidade da comunidade interna e externa; 3) interdisciplinaridade entre as atividades realizadas.

4.1.2- Fundação João Pinheiro - Programa de Internato de Administração e Gestão Municipal como exemplo possível de integração entre o Campo de Públicas e os municípios mineiros

O Programa de Internato de Administração e Gestão Municipal (PRINAGEM) está presente na grade curricular do curso de Administração Pública da Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro, como componente obrigatório para seus discentes. Segundo Souza et al (2021: p.1), o programa “(...) consiste em uma atividade de extensão universitária, em que estudantes de graduação em Administração Pública prestam assessoria técnica às prefeituras municipais de Minas Gerais, em áreas como planejamento e gestão de políticas públicas.” Assim, “(...) visa proporcionar aos graduandos e demais envolvidos, uma experiência de imersão na administração pública municipal através de atividades de assistência e resolução de problemas internos” (Ribeiro e Souza: 2021: p.7). Portanto, pode-se notar que esse programa de extensão em específico é uma ação direta que possibilita aos alunos experiências que requerem aplicação prática de seus conhecimentos teóricos, mediante desafios e particularidades de cada realidade municipal.

Para entendermos onde o programa se encaixa na grade curricular do curso é importante que compreendamos como é o plano político pedagógico da instituição. Sendo assim, segundo o documento do Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Administração Pública, atualmente o curso é composto por

“uma carga horária total de 3.265 horas, distribuídas em oito semestres letivos, sendo 2.505 horas-aula de disciplinas obrigatórias; 500 horas de estágio curricular supervisionado; 120 horas-aula de disciplinas optativas; 80 horas de atividades complementares de graduação, e 60 horas de atividade de imersão e conexão” (FJP: 2020: p.10)¹⁸

¹⁸ Plano Político Pedagógico do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves - Fundação João Pinheiro, disponibilizado em outubro de 2020. Plano reformulado pela Comissão responsável pela reforma curricular.

O programa de assessoria técnica em questão está enquadrado nas 60 horas de imersão e conexão, segundo apresentado. As atividades de imersão e conexão possuem como principal finalidade

“(…) contribuir para que os alunos desenvolvam capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. Pretende-se ainda favorecer o conhecimento prático de técnicas de gestão adotadas em regiões e contextos variados, a troca de experiências entre os envolvidos, possibilitar atitudes colaborativas por parte dos alunos do curso e ainda fomentar a adaptabilidade a diferentes culturas organizacionais” (FJP: 2020: p.41).

No intuito de otimizar a participação dos alunos, a

“A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho disponibiliza diferentes formatos de projetos de imersão municipal com planos de ação definidos em função do número de dias das atividades em campo e de eventuais parcerias institucionais constituídas para viabilizar a execução do projeto”(FJP: 2020: p.42).

Dentre os projetos de imersão municipal, pode-se listar: Prinagem; Pontes para Cidadania; Projeto Rondon. Assim, os projetos mencionados compõem a carga horária total do curso com a proposta de conhecer a realidade das administrações municipais e seus problemas, no intuito de expandir as experiências dos discentes, aumentar sua interação e colaboração e, por fim, colocar em prática a teoria. Sendo assim, o Prinagem,

“Enquanto uma atividade de extensão, (...) é o espaço em que os discentes vivenciam situações que os permitam colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos, desenvolver habilidades diversas relacionadas a colaboração, comunicação, capacidade de negociação e resolução de problemas. Ademais, o desenvolvimento das atividades pelos discentes oferecerá a eles a oportunidade de aprender de perto as relações entre governo, administração pública e sociedade, vinculando o ensino acadêmico aos serviços e gestão públicos, numa perspectiva multidisciplinar” (FJP: 2020: p.42).

A partir de seus conhecimentos teóricos e com auxílio da orientação dos docentes envolvidos, a equipe se articula para pensar tanto em atividades de maior duração quanto para execuções imediatas, para que tais problemas sejam resolvidos ou então amenizados. O programa acontece num período de três a quatro semanas, durante as férias dos discentes, sendo elas em janeiro ou julho, o que possibilita a “dedicação exclusiva” (FJP: 2020: p.42). Com o apoio e orientação dos docentes que as “ações são balizadas” através de “um plano de ação construído com a orientação de um docente e demandas previamente repassadas e validadas pelas prefeituras” (FJP: 2020: p.42). Sendo assim, o PRINAGEM proporciona não apenas vivências em situações práticas, mas também o desenvolvimento e a promoção de ferramentas que visam a melhora da prestação de serviços públicos.

4.1.2.1 - Edições de parceria com Universidade Federal de Lavras

O programa realizado através de parceria entre a EG-FJP e UFLA ocorreu, primeiramente, em 2020, com as imposições e limitações de convívio social e distanciamento estabelecidas pela pandemia da Covid-19, realizando assim sua primeira edição totalmente remota, ao invés das atividades presenciais dos alunos nas mediações das prefeituras participantes. Assim se deu também com a décima e a décima primeira edição do programa, visto que a situação ainda não estava favorável e segura para que os alunos se deslocassem até os municípios participantes.

Para que as atividades fossem realizadas, alguns procedimentos foram necessários, dentre eles a seleção dos municípios, recrutamento dos alunos, divisão dos graduandos, pós e docentes envolvidos em grupos e divisão dos mesmos entre os municípios selecionados. A diferença entre a nona edição para as duas seguintes foi a forma de seleção dos municípios participantes, pois estes nessa primeira edição remota, foram convidados a participar e puderam apresentar suas demandas de forma livre. Nas duas edições seguintes, tal seleção deu-se através de formulário virtual e sorteio, bem como a divisão dos grupos de trabalho. Assim, cada grupo pôde trabalhar durante o período de quatro semanas com uma prefeitura municipal no intuito de oferecer soluções práticas para os problemas apresentados.

A extensão aqui, no caso do PRINAGEM, está vestida por ações que visam, de forma direta, explorar o potencial dos graduandos em experimentarem possibilidades a partir de problemas que estudam na teoria, e que a partir dessas idealizem potenciais soluções. Outro ponto, é a oportunidade de aprender com as experiências dos servidores públicos com quem trabalham durante a duração do projeto, pois assim como possuem problemas eles também possuem conhecimento, assim há o estabelecimento de uma troca mútua entre ambos. Aqui tem-se um exemplo prático do que Oscar Jara (2018) trata em seu livro “Sistematização de Experiências: Aprender a dialogar com os processos”, quando este trás que é preciso sistematizar as experiências, e quando fala em sistematização o autor refere-se “não só a compilar e ordenar dados e informações, mas também a obter aprendizagens críticas a partir das nossas experiências. Como tal, não dizemos apenas ‘sistematização’, mas sim ‘sistematização de experiências’ ” (Jara: 2018: p.16).

O processo dinâmico estabelecido pela experiência da extensão é composto e se molda pelas condições o qual se aplica, pelo contexto que se insere, pelas “relações que se estabelecem entre os sujeitos das experiências” (Jara: 2018: p.16), pelas “percepções, interpretações, intuições e emoções”(Jara: 2018: p.16) bem como pelos resultados que são esperados a partir das ações que são realizadas. Assim, no caso desse programa de extensão no CP, Segundo Ribeiro e Souza (2021: p.7) “na administração pública há a possibilidade de se vivenciar grande parte das teorias estudadas em sala de aula, entretanto de forma a percebê-las no ambiente em que estão inseridas, qual a raiz de sua

problemática, suas peculiaridades em relação à localização e costumes, perfil de seus munícipes e correlatos.”

Assim, o projeto se dinamiza ainda mais quando se entende que tal não possui capacidade apenas de contribuir consideravelmente na construção e evolução de futuros administradores públicos, mas também expõe a capacidade e potencialidade de melhora e desenvolvimento dos municípios envolvidos, seja na prestação de serviços públicos de forma direta ou indireta, seja internamente, nas relações e atividades estabelecidas.

Segundo Souza et al (2021: p.2), “a parceria com a AP-UFLA permite uma alavancagem nos resultados das ações desenvolvidas junto às prefeituras” o que possibilita o aumento do “alcance para mais municípios, uma vez que ao se somar os discentes e docentes das duas instituições, a capacidade de desenvolvimento de projetos foi multiplicada”. Ao longo das três edições conjuntas, o total de 25 municípios mineiros, dos quais temos: nona edição) Andradas, Conquista, Ijaci, Lagoa Dourada e Lavras; décima edição) Felício dos Santos, Itamarandiba, Itutinga, Rio Preto, Luminárias, Nepomuceno, Piranga e Santo Antônio do Amparo; décima primeira edição) Andradas, Bom Despacho, São Tiago, Pavão, Água Boa, Santo Antônio do Itambé, Imbé de Minas, Novo Oriente de Minas, Ibituruna, Pedra Bonita e Oliveira.

Para que as atividades fossem realizadas houve a junção tanto dos discentes quanto dos docentes de ambas instituições envolvidas, sendo assim: a nona edição contou com a participação total de 12 discentes, três docentes e com a assistência de quatro discentes da pós graduação; a equipe da décima edição fora formada por 18 discentes, quatro docentes e três discentes da pós graduação como assistentes; por fim, a décima primeira edição dispôs de 26 discentes, quatro docentes e seis pós graduandos na assistência em sua equipe. O envolvimento dos participantes da UFLA ocorreu de forma livre, ou seja, houve extensão de convite para todo o corpo discente, mas a escolha se deu por sorteio. Para mensurar a participação dos discentes da UFLA, à título de exemplo, a décima edição contou com apenas nove inscrições e, por ventura, estavam abertas nove vagas. Tal fato demonstra que, embora o corpo discente tenha um número considerável de alunos, foram poucos os que se inscreveram para a participação na referida edição.

4.1.3- Outras possibilidades de extensão na Fundação João Pinheiro - Projeto Pontes para Cidadania e seu potencial extensionista transformador

Segundo o Projeto Político Pedagógico¹⁹ do curso de Administração Pública da FJP, este é “realizado em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio da sua Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos)” e possui como objetivo o desenvolvimento de “atividades de apoio a gestão municipal para melhoria da prestação dos serviços públicos nos municípios e maior aproximação e diálogo da gestão pública com os cidadãos” (FJP: 2020: p.43). O projeto em questão era denominado como 10Envolver e, após ser reestruturado para ampliar seus trabalhos para que todos os municípios de Minas Gerais pudessem ser atendidos, recebeu a nomenclatura de Pontes para Cidadania. Sua aplicação, em cenários possíveis, é realizada de forma presencial, como a experiência do relato, a qual remonta às atividades do ano de 2019.

Sua elaboração deu-se, a princípio, no ano de 2015 e antes de passar pelas modificações e ampliação este,

anteriormente foi executado com sucesso em 10 municípios com os menores valores de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas Gerais sob o nome de 10envolver e foi reestruturado para ampliar o seu alcance a todos os municípios mineiros (FJP: 2020: p.43).

De modo paralelo, o PRINAGEM se difere no quesito motivação para atuação, ou seja, as características dos municípios atendidos e também no tempo de duração da imersão dos alunos nas administrações municipais. O foco do Pontes para Cidadania se encontra em desenvolver os municípios, que, segundo Saraiva et al (2021: p.3), o projeto reconhece a “importância das administrações municipais como agentes centrais para impulsionar o desenvolvimento local, superar os entraves para o crescimento econômico e para a redução da pobreza nestes municípios”. Ainda para os autores, estas seriam algumas das competências da EG-FJP presentes ao longo da formação de seus discentes “quando os prepara para atuar no âmbito das administrações públicas, com o intuito de torná-las mais abertas à participação social e ao controle público e mais efetivas na provisão de suas políticas públicas” (SARAIVA *et al*: 2021: p.3).

O formato de ação dos discentes no município se assemelha, em partes, ao do PRINAGEM. Para que as atividades sejam executadas a EG-FJP “participa da elaboração do plano de ação que contempla as atividades sugeridas para a execução no município”, de acordo com suas demandas, “e durante 2 semanas seus alunos com a orientação de um docente e de servidores do MPMG participam ativamente da implementação do plano” (FJP: 2020: p.43). Outro ponto importante é como se dá a escolha das demandas de cada uma das municípios participantes. Essas

¹⁹ O Projeto Político Pedagógico do curso de Adm. P. da Escola de Governos Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro foi abordado no tópico 4.1.2 da presente seção.

subsidiar a definição de quais atividades serão desenvolvidas no município beneficiado pelo projeto são mapeadas pelo MPMG²⁰ com a colaboração das promotorias de justiça, comunidade, lideranças locais e administração pública municipal (FJP: 2020: p.43).

O relato de experiência tomado por base para a análise, e, de forma complementar através da análise do Projeto Político Pedagógico do curso, possibilitaram compreender que o projeto em questão tem a missão dupla de: 1) intensificar a experiência dos discentes no campo prático profissional, mesmo que por um curto período e: 2) auxiliar no desenvolvimento econômico e social dos municípios. O formato de desenvolvimento das atividades continua o mesmo, seguindo as etapas de “a) definição do município e da data da imersão; b) seleção dos estudantes e professor c) preparação e visita prévia ao município; d) imersão; e) conclusão: produção do Relatório, resposta dos questionários e apresentação das atividades em Seminário” (SILVEIRA *et al.*: 2017: p.14).

Por fim, a motivação principal do projeto se deu “a partir do reconhecimento da vulnerabilidade da população provocada pelo baixo crescimento e desenvolvimento econômico e social experimentados por estes municípios”, o que explicita o uso do IDM-H, “quando comparados aos demais do estado de Minas Gerais” (SARAIVA: 2021: p.6). E a partir das ações de tal projeto, de acordo com o relato analisado, “ao mesmo tempo, enquanto uma atividade de extensão universitária” -aquí enfatizam os princípios da Política de Extensão e as diretrizes do MEC “(...) foi possível observar recorrentes associações do projeto enquanto um espaço de aprendizados e experiência que acrescenta à formação, com foco na atuação profissional” (SARAIVA *et al.*: 2021: p.17). De forma complementar, ainda dentro do relato, há a indicação de crescimento dos envolvidos a partir do “contato com novas realidades” (SARAIVA *et al.*: 2021: p.17), indicando assim o quão enriquecedor atividades deste cunho, quando inseridas no currículo, podem contribuir tanto para a formação do discente quanto para a comunidade envolvida.

4.2- Paralelo: onde estamos e onde queremos chegar curricularização da extensão na Adm. P. - UFLA

As experiências relatadas nos tópicos anteriores quando comparadas à realidade de participação em projetos de extensão na UFLA apresentam uma diferença, até mesmo pela origem e obrigatoriedade de participação, que nos faz pensar em estratégias para uso interno. Compreender a relação atual do curso com o processo de curricularização da extensão se faz necessário para que as sugestões e apontamentos sejam realizados, estes de modo a contemplar tanto a realidade quanto às possibilidades a partir das experiências apresentadas, dentro da realidade do curso.

²⁰ Ministério Público de Minas Gerais

No intuito de sugerir um modelo que se adapte à realidade do curso de Administração Pública - UFLA, a presente seção dedica-se a dois pontos, os quais serão apresentados pelo quadro sintético a seguir sendo eles:

QUADRO 02: Síntese de composição da análise comparativa

Seção	Resumo do assunto	Material analisado
4.2.1	Análise da entrevista realizada com a atual coordenadora do curso para compreensão do panorama atual da extensão, entendendo um pouco sobre seu caminho para tornar-se componente curricular obrigatório.	Entrevista semi-estruturada, por escrito, da coordenadora atual do curso.
4.2.2	Sugestão de um novo modelo de extensão para aplicação na UFLA mediante as experiências expostas e as possibilidades de aplicação.	Experiências de atividades de extensão obrigatórias: Laurbs; Prinagem; Pontes para Cidadania.

Quadro elaborado pela autora

4.2.1 Onde estamos: Panorama atual da curricularização da extensão na Administração Pública - UFLA: Entrevista com a coordenadora do curso

No intuito de compreender melhor o atual cenário da extensão dentro do curso de Administração Pública - UFLA, uma entrevista semi-estruturada foi aplicada para que a atual coordenadora do curso respondesse. A entrevista se deu de forma remota e por escrito, como indicado na metodologia. As perguntas enviadas tiveram a finalidade de analisar o andamento dos debates acerca da curricularização das ações extensionistas e, a partir das respostas, idealizar e sugerir caminhos para que a curricularização aconteça. Esta segunda parte será tratada no próximo tópico.

A entrevista foi composta por cinco perguntas, das quais: a) Como está sendo realizado o processo de institucionalização? Está sendo debatido com a pró-reitoria de extensão? Caso sim, como está sendo a recepção ao tema?; b) Os discentes estão participando desse processo? Caso a resposta tenha sido afirmativa, de qual maneira? Caso tenha sido negativa, qual seria o motivo?; c) Como estão as expectativas de adesão dos discentes? (aqui, levar em consideração os desafios dos discentes que trabalham e se o curso é noturno); d) Como foram pensados e quais são os formatos de execução que estão planejando?; e) Como estão as expectativas de adesão da comunidade externa?

Quando indagada sobre como está sendo o processo de curricularização, em específico o debate na comunidade acadêmica e a participação da pró-reitoria de extensão (pergunta a), a entrevista apontou que no caso da UFLA quem está conduzindo os debates é a Pró-Reitoria de Graduação e que o envolvimento da Pró-Reitoria de Extensão ainda é baixo. Ao longo da resposta da primeira pergunta a entrevista também evidenciou a necessidade de debates mais aprofundados, que explorem melhor as possibilidades da extensão. Outro ponto interessante que evidenciou-se foi a preocupação para o além da discussão da extensão, quando esta fala que sentiu, ao longo do processo, que as primeiras discussões foram moldadas para além de “discutir extensão em si e a importância dela para a universidade os debates foram tomados por questões administrativas e burocráticas.”

À partir da resposta dada a primeira pergunta entende-se que, ainda que esteja no começo, os debates acerca da curricularização estão acontecendo. O fato da pró-reitoria de extensão não estar participando das discussões da forma a qual deveria é realmente preocupante e, aqui, endosso os comentários da entrevista por concordar levando em consideração os impactos técnicos que isso poderia causar. É necessário a comunicação e participação das entidades envolvidas no assunto e, aqui neste ponto, a discussão interna deveria ser de interesse para as instâncias da universidade que irão estabelecer vínculos de diferentes formas com o modelo escolhido para aplicação.

Para a segunda pergunta (b) acerca da participação dos discentes no processo, a entrevista apontou que “a participação se dá única e exclusivamente pela representação discente no Congrad²¹”, ou seja, não há participação direta dos alunos da Adm. P. no debate. Ao longo de sua resposta, a entrevista apontou que as entidades representativas não foram convidadas a participar dos primeiros debates e que isso reflete o distanciamento que ocorre entre essas entidades e a gestão, e, conseqüentemente, do corpo discente como um todo, bem como a ausência da divulgação do tema e questão. Outro detalhe apresentado, no que tange a questão da participação discente nos debates e que poderia ser utilizada como explicação - mas não como justificativa -, foi a celeridade dos primeiros debates.

O tema da curricularização da extensão nos cursos do CP, ainda que recente, deveria ser tratado abertamente com a comunidade acadêmica na intenção de ampliar as possibilidades de escolha do melhor modelo, por exemplo. A participação dos alunos neste momento seria de grande valia, visto que o curso de Adm. P.-UFLA é noturno e muitos de seus discentes possuem jornada dupla (trabalho e estudo). Aqui, a ausência de ampliação do debate pode ocasionar problemas futuros de adesão para projetos de extensão obrigatórios que visem atividades práticas de campo, como o formato apresentado pelo PRINAGEM, caso implementem.

²¹ Conselho de Graduação.

Dando continuidade, a terceira pergunta (c) que está, de certa forma, atrelada a anterior, abordou acerca das expectativas de adesão dos discentes. Ao responder o questionamento a entrevista apontou que, no começo dos debates tal assunto foi tratado com preocupação tanto pelo conselho quanto pelos docentes envolvidos. Entretanto, acredita que haverá boa adesão visto que os “docentes do curso já têm expertise em extensão e já realizam atividades desse tipo em suas disciplinas”. O recorte da entrevista feito anteriormente demonstra que, de certa forma, o grau de aceitação dos discentes está atrelado ao empenho e experiência de seus docentes na área.

Ao responder a pergunta três do roteiro a entrevistada também discorreu sobre o formato que estão planejando implementar na grade curricular do curso (o que será aplicado) e onde a extensão está enquadrada. Aqui, entende-se que as atividades de extensão serão executadas em conjunto com as disciplinas teóricas, na configuração teórica-prática. A metodologia apresentada é similar a de muitas instituições de ensino superior que já curricularizaram a extensão. Entretanto, essas ações práticas teriam ligações com os projetos já existentes ou com novos a serem desenvolvidos? Muitas das disciplinas teórico-práticas do curso destinam suas atividades práticas em exercícios de fixação e, poucas, levam os alunos a campo. Aqui indago, como forma de já instigar as reflexões para o próximo tópico: a modalidade escolhida seria a mais adequada para a realidade do curso e de seus discentes?

Consequente, a quarta pergunta (d) abordou sobre o formato de execução que estão planejando implementar. Assim, complementando os parágrafos anteriores, o assunto do modelo de implementação configura-se como importante divisor de águas entre o ideal e o idealizado. Sobre os modelos disponíveis para a execução da extensão no, as possibilidades de *modus operandi*, mesmo que variadas, devem ser adequadas de acordo com as características e necessidade do corpo discente e a capacidade operacional ofertada pelos recursos disponíveis. A entrevistada aponta que o estágio, por exemplo, "não pode ser considerado, nem projetos que envolvam a comunidade interna. O ou a discente precisa ser o agente da extensão para se enquadrar nas normativas."

A questão do estágio citado pela entrevistada remonta à situação da UFCA, visto que a unidade em questão fez adaptações em seu Projeto Político Pedagógico para que a Residência Social ocorresse. Como abordado no tópico que trata da UFCA, as modificações ocorreram justamente para a adequação do modelo de estágio às especificidades da extensão e do seu formato de ação. Pelo veto das ações de estágio, como apresentado pela entrevistada, a reformulação aqui também poderia ser algo a considerar. Visto que a resolução ainda será discutida pela CEPE²², ainda há esperanças de que se discuta modelos que possam gerar maior contribuição para a formação do aluno.

²² Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Por fim, a quinta (e) pergunta trata das expectativas da comunidade externa, aqui a entrevistada fez ponderações importantes para a continuidade da análise. Ao responder, a entrevistada relatou a preocupação acerca do formato e como ele está sendo pensando, aqui ela aponta que “pensar extensão é pensar demandas que vem da comunidade para a universidade e não o sentido contrário. E, na maioria das vezes, o que temos é a universidade projetando o que seria a necessidade da comunidade. Acredito que no formato que está estabelecido há pouca chance disso mudar.” Explica, de forma complementar, que a comunidade externa não foi convidada para os debates e que isso se espelha na inexistência de um plano para pensar sobre a relação de comunidade acadêmica e comunidade externa.

A entrevistada também apontou suas preocupações sobre a forma que irá acontecer as interações e a motivação de cada uma delas. A questão da demanda vir da comunidade externa é um fato que não se deve ignorar, mas como conciliar isso com um modelo mais simples de extensão? As demandas sociais que criam a base para as ações de extensão e não ao contrário, como apontado pela própria entrevistada. O receio pela forma a qual estão caminhando os debates é apresentado quando esta fala que: “corremos o risco de termos uma “ensinização” da extensão”. Aqui, ela complementa que o neologismo foi utilizado na intenção de resumir o sentimento de que “a extensão será, ao fim e ao cabo, transformada em ensino, em muitos casos e apenas creditada como extensão para cumprir o número de horas determinado pelas normatizações”. Sendo assim, para evitar que as ações de extensão, mesmo que obrigatórias, se tornem meramente ações de ensino que visam cumprir as horas estabelecidas, como comentado na resposta anterior, é importante que se pense sobre ações mistas que busquem trabalhar em diferentes instâncias da sociedade.

No intuito de contribuir para a construção de um modelo que se adeque à realidade do curso, o próximo tópico debruça sobre as possibilidades acerca de um currículo de extensão adequado. Sendo assim, as experiências abordadas neste trabalho irão contribuir para a elaboração de uma metodologia que cumpra com a necessidade dos discentes e da comunidade.

4.2.2- Onde queremos chegar - Adaptações de modelo para a realidade do curso na UFLA

Para fechar a seção quatro, o presente tópico foi pensado para auxiliar na estruturação de um currículo que traga a extensão como obrigatória e também como peça fundamental tanto na formação dos discentes quanto no desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, após tomar ciência da atual situação do curso, do andamento da curricularização e do modelo idealizado para ser posto em prática, sugestões de metodologias de extensão serão sugeridas para futura aplicação.

Para que um projeto de extensão tenha efeito na comunidade a qual irá operar este deverá levar em consideração suas demandas (comunidade externa) e a capacidade de ação de acordo com os recursos disponíveis (instituição de ensino). Aqui, levaremos em consideração como demanda interna do corpo discente do curso a necessidade de atividades práticas, estas provenientes da extensão, para seu aperfeiçoamento profissional. Por demanda externa, separaremos em dois grupos: 1) comunidade externa civil: comunidades em geral, grupos escolares, entidades sociais como associações; 2) comunidade externa administrativa: órgãos públicos de cunho administrativo que necessitam de assessoria.

As experiências analisadas podem ser enquadradas nos dois grupos acima criados, dos quais o quadro 3 irá tratar de acordo com: tipo de atividade; metodologia; aplicabilidade; grupo pertencente de acordo com as duas categorias criadas. O quadrante “aplicabilidade na UFLA” será explanado após a apresentação do quadro.

QUADRO 3: Comparando as experiências

Projeto	Tipo de atividade	Metodologia	Aplicabilidade na UFLA	Grupo pertencente
Laurbs	Ações de desenvolvimento local nas comunidades através de ações em escolas da região	Ações pontuais como encontros e atividades durante um semestre	Mediana	1) comunidade externa civil: comunidades em geral, grupos escolares, entidades sociais como associações.
Prinagem	Assessoria técnica para os municípios mineiros que possuem interesse em melhorar aspectos diversos em suas administrações	Imersão de quatro semanas dos alunos com acompanhamento e orientação	Alta	2) comunidade externa administrativa: órgãos públicos de cunho administrativo que necessitam de assessoria.
Pontes para Cidadania	Desenvolvimento de atividades para desenvolvimento social e econômico nas cidades mineiras com menor IDH-M	Imersão de duas semanas dos alunos com acompanhamento e orientação	Alta	2) comunidade externa administrativa: órgãos públicos de cunho administrativo que necessitam de assessoria.

Quadro elaborado pela autora

O quadrante “aplicabilidade na UFLA” levou em consideração para a escolha dos graus como baixo, médio e alto. O quarto quadro faz o apontamento dos critérios que levaram a escolha da classificação “mediana” para a metodologia do Laurbs e a

escolha de classificação “alto” para os programas da fundação : alguns pontos, tais como:

Programa	Critérios considerados positivos em relação a aplicabilidade na AP - UFLA
Laurbs - mediano	a) o curso de Adm. P.-UFLA ser noturno; b) a existência de projetos de extensão que já trabalham em entidades educacionais (apresentado no início do tópico 4); c) possibilidade de adequação das atividades para execução remota.
Prinagem - alto e Pontes para Cidadania - alto	a) atividades diretas nas administrações municipais; b) possibilidade de programas complementares às edições anteriores que ocorreram em conjunto (EG-FJP e UFLA) como projetos de extensão que visem o acompanhamento e monitoramento; c) possibilidade de execução das atividades nas férias (comunhão das férias da instituição de ensino e das férias remuneradas de trabalho, aos que possuem função fixa).

Quadro elaborado pela autora

Analisando individualmente cada projeto vislumbra-se a possibilidade de adequação de atividades institucionalizadas em dois tipos: para os que possuem jornada dupla e para os que possuem disponibilidade durante o dia e/ou tarde. A intenção aqui não é copiar nenhum dos modelos apresentados para implementação na Adm. P.-UFLA, mas sim tomá-los por base como exemplos para a implementação de outros projetos. Entretanto, pelo contato anterior com a EG-FJP, há a possibilidade de elaboração conjunta de um programa que vise o acompanhamento e monitoramento das administrações municipais contempladas nas edições anteriores, com abertura para novas.

A ideia é pensar na continuidade do trabalho dos alunos que passaram pelo programa nos anos de 2020 e 2021, bem como, a abertura para novos trabalhos e parcerias. O estabelecimento de conexões entre a instituição de ensino (corpo docente e discentes) e os representantes das administrações municipais (considerar que o quadro de servidores pode ser alterado) realizado durante o Prinagem poderia ser mantido após sua finalização. Pretende-se realizar uma “pós-assessoria”, ou seja, um projeto de extensão enquadrado como obrigatório, que visa continuar as atividades nos municípios.

Seria, então, uma ressignificação de um processo de acompanhamento, este poderia acontecer em determinados momentos da graduação, como por exemplo, de forma conjunta às disciplinas de Gestão Municipal, Gestão de Serviços Públicos, Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos, Administração de Materiais e Patrimônio, dentre outras. Sendo assim, poderia ser adotado, de forma mista, a metodologia de

oficinas da UFCA. Ou seja, para cada semestre, de acordo com a origem da assessoria (projetos públicos, patrimônio, compras e afins), a mentoria de acompanhamento aconteceria.

Assim, a experiência prática, guiada pela parte de comunicação e comunhão com as disciplinas, seria uma alternativa para mesclar as atividades práticas e teóricas, como a coordenadora do curso mencionou na entrevista. Entretanto, para que todos participem, é necessário pensar em um cronograma de ação por turma, com as divisões por município e período de atuação. Sendo assim, podemos pensar em duas opções de oficina: a) adequar as oficinas por disciplina por semestre, ou seja, pensar sempre na execução das atividades ao longo do semestre, de forma remota e, por fim (nas férias), visita técnica para fechamento das atividades; b) outra forma de adequação seria pensar na execução das oficinas por disciplina ao longo do semestre, tratando da parte teórica, e nas férias, a imersão dos alunos para o acompanhamento e monitoramento (com abertura para sugestão de melhoria), aqui o envolvimento do docente também seria necessário, mesmo todos os envolvidos estando de férias.

As atividades ocorreriam em apenas um semestre do curso, com indicação do quinto período em diante - considerando o conhecimento adquirido ao longo do curso. Essa sugestão, para que seja aplicada, necessita do preparo burocrático de restabelecer a comunicação com os municípios e firmar os contratos de cooperação, bem como da participação do corpo docente e discente para a discussão de melhorias. É clara a abertura para formulação de um modelo mais robusto de programa de extensão, na condição de componente obrigatório, visto que ainda está em debate como tal se dará.

É importante frisar que, para que um programa de extensão curricularizado tenha tanto sucesso na comunidade acadêmica quanto na comunidade externa, é necessário que as lacunas na comunicação entre os interessados sejam fechadas. Ou seja, analisando a entrevista é nítido que não há interação com os discentes e a comunidade externa, mesmo que a atividade aqui proposta para implementação na UFLA seja destinada não apenas a Lavras, é de interesse que todos saibam das possibilidades práticas existentes. Bem como a abertura para participação da comunidade do município o qual a universidade está inserida e os municípios que a rodeiam, traria à tona demandas que a instituição não tenha o conhecimento.

Sendo assim, o modelo proposto neste trabalho considerou: a) experiências passadas estabelecidas por parcerias entre instituições com potencial de continuidade; b) número de participação dos discentes em projetos de extensão não obrigatórios; c) potencial do curso de Adm. P.-UFLA; d) grade curricular atual do curso de Adm. P.-UFLA; e) número de municípios existentes nas redondezas da universidade; f) necessidade de diferentes modalidades de extensão (como componente curricular obrigatória) para se adequar a realidade da instituição e seu corpo discente. Por fim, as considerações aqui apresentadas possuem o intuito de colaborar para a construção de

uma grade curricular que tenha a extensão como integrante da formação profissional do aluno e não apenas como uma atividade complementar substituível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, o intuito da pesquisa aqui realizada foi o de explorar a situação da extensão no campo de públicas a partir de análises de experiências, casos de sucesso e amparo legal e teórico, para só então trazer contribuições para sua aplicação na UFLA. Compreender a necessidade dos cursos do CP em ter atividades extensionistas como obrigatória em seus currículos é compreender também a ânsia por experiências práticas e formativas de seus discentes. As oportunidades de trabalhar a temática, ainda que estreitas, são importantes para a construção de um campo mais democrático e que busque compreender os anseios dos que o compõem.

O primeiro passo para pensar um projeto de extensão curricularizado foi a análise meticulosa não apenas do histórico da extensão universitária - este por meio da sua linha do tempo de aplicação e sua evolução nas resoluções, no viés jurídico de sua aplicação -, mas também da sua compreensão dentro do CP. Os ensejos propiciados por projetos e programas de extensão pontuais e não obrigatórios, como o caso do PRINAGEM e sua parceria com a UFLA nos últimos dois anos, é um exemplo de oportunidade de transformação e de continuidade das atividades já realizadas. Quais seriam os motivos para a descontinuação de um projeto que trouxe tantos frutos e possibilidades para a instituição, seus discentes e os municípios que rodeiam a universidade?

A execução de um bom projeto de extensão, tomando por base os princípios aqui tratados, estes extraídos do estudo das resoluções fruto dos Congressos e Fóruns de Extensão, bem como do Ministério da Educação e outros, deve contemplar ações que visem a formação profissional e a resolução de problemas da comunidade. Portanto, com tantas portas abertas para novas atividades e com um corpo discente com participação atual em projetos de extensão cotada em média de 9,78% (36 em projetos ativos para 368 com matrícula ativa - o que é baixa) e com chances de alargamento de atividades já existentes, como mencionado anteriormente, não explorar o potencial dos alunos e a necessidade da comunidade seria lamentável.

Sendo assim, o presente trabalho foi construído pensando nas possibilidades de modelo a ser aplicado na realidade do curso de Administração Pública na Universidade Federal de Lavras. Tomando como base as resoluções nacionais para a extensão e alguns modelos já existentes no CP a partir de relatos de experiência e análise de seus Projetos Político Pedagógicos, uma sugestão de aplicação foi apresentada nos tópicos finais na esperança de contribuir para a construção de um programa curricular de extensão democrático e viável. A utilização dos modelos aqui analisados como exemplo foi uma forma de ter o sucesso de suas aplicações como incentivo para a elaboração de um novo projeto curricular, este que faça jus às possibilidades de atuação do corpo discente e da capacidade de orientação do corpo docente.

Por fim, a realidade da extensão, tanto quando analisada em projetos e programas não obrigatórios quanto das discussões de modelo a ser curricularizado, na visão como pesquisadora ao longo da construção deste trabalho, está distante do ideal para aplicação na Administração Pública da UFLA. Todas as experiências possuem seus pontos positivos e negativos, mas devemos observar seu potencial de uso, adaptação ou reformulação tomando por base os exemplos existentes a partir de sua análise, para melhor utilização dos recursos disponíveis. A situação, tanto da instituição quanto dos envolvidos no processo, sejam eles internos às instituições de ensino e os externos, deverão ser levadas em consideração para a proposição de um bom projeto curricular de extensão. Aqui deixo, por fim, a reflexão acerca da necessidade de se considerar novas possibilidades, bem como que as próximas experiências e contribuições do campo na extensão como obrigatória podem auxiliar para a formulação de um novo modelo, ou aperfeiçoamento do proposto.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. L., ARAÚJO, M. A. M., GUERREIRO, M. G. Extensão Universitária no Ensino Superior: o diferencial na qualidade acadêmica. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP (BRASIL). Periódicos UFES, 2017. Recuperados de: <<https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/Almeida-Loriza-et-al-UNESP-BR.pdf>>

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

Avaliação da Extensão Universitária: Práticas e Discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf - 17/11/21>

BERNHEIM, Carlos T. El nuevo concepto de la extensión Universitária. In: FARIA, Dóris Santos (ORG.). Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOULLOSA, R. F., PERES, J.L., BESSA, L. F. M. Por Dentro do Campo: uma Narração Reflexiva dos Estudos Críticos em Políticas Públicas. Organizações & Sociedade, 2021, 28(97) .Apr-Jun 2021. DOI <<https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9702PT>>

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 464, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0464.htm>.

BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FORPROEX, 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>

BRASIL. Portaria nº 1.350, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, Pág. 34. Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil. Publicação Original: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil. Publicação Original disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

BRASIL. LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Publicação Original disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de setembro de 2008, seção I, p. 3. Original disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 19 de março de 2022.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Publicação Original disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>

BRASIL. LEI Nº 13.490, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017. Altera o art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades. Publicação Original disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13490.htm>

BRASIL. Legislação Informatizada - DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931 - Brasil. Publicação Original disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>

CEFAÏ, D., As raízes pragmatistas do “poder com”: a filosofia da democracia de Mary P. Follett. In: CANTU, R., LEAL, S., CORREA, D. S., CHARTAIN, L. Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil. Campinas (SP): Pontes, 2019.

COELHO, F. de S., ALMEIDA, L. de S. B., MIDDLEJ, S., SCHOMMER, P. C., & TEIXEIRA, M. A. C. (2020). O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). *Administração: Ensino E Pesquisa*, 21(3), 488-529. <<https://doi.org/10.13058/raep.2020.v21n3.1897>>.

COSTA, P. M. D., SANTOS, S. R. M. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SEU FAZER E SEU PENSAR EM UMA PERSPECTIVA CULTURAL. VII Simpósio de Pedagogia e Pesquisas em Educação - SIMPED. 2012. Recuperado de <<https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/04/31817272.pdf>> Acesso em 01 de outubro de 2021.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UEPG: APONTAMENTOS E ORIENTAÇÕES. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa-PR, 2021. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/sites/19/2021/07/CURRICULARIZACao-DA-EXTENSAO.pdf>>.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFAL. Universidade Federal de Alagoas, Pró-reitoria de Extensão. Maceió-AL. Disponível em: <<https://fanut.ufal.br/pt-br/extensao/documentos/cartilha-para-a-curricularizacao-da-extensao-na-ufal>>

DEMO, Pedro. Lugar da Extensão. In: FARIA, Dóris Santos (ORG.). Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001 (<https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/04/31817272.pdf>).

FISCHER, F., MILLER, G., & SIDNEY, M. Handbook of public policy analysis: Theory, politics and methods. Nova York: Taylor & Francis, 2007.

FISCHER, F. Para além do empirismo: *policy inquiry* na perspectiva pós-positivista. NAU Social, [S. l.], v. 7, n. 12, 2016. DOI: 10.9771/ns.v7i12.31350. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31350>. Acesso em: 4 fev. 2022.

FREIRE P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra; 8 ed. VOL 24: 1985.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO. Projeto Pedagógico Curso de Administração Pública. Belo Horizonte, Agosto de 2019. Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Projeto-pedagogico.pdf>> Acesso em março de 2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIA PARA CURRICULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP 2017. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/PROEX/Curriculariza%c3%a7%c3%a3o/GUIA_CURRICULARIZACAO_ATIVIDADES_EXTENSAO_CURSOS_GRADUACAO_UNIFESP_28.09.2017.pdf>

IMPERATORE, S. L. B., PEDDE, V., IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar A Extensão ou Extensionalizar O Currículo? Aportes Teóricos E Práticas De Integração Curricular da Extensão Ante a Estratégia 12.7 do PNE. Repositório Institucional UFC, 2015-12-04. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136064>>

SOUSA, A. S., OLIVEIRA, S. O., ALVES, L. H. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986, p.38.

MARCONI. M. A., LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

MIGUENS, S. A. Q. Jr., CELESTE, Roger Keller. Capítulo 13, A Extensão Universitária. ResearchGate. Agosto, 2014. Recuperado de <<https://www.researchgate.net/publication/253645827>>

NASCIMENTO, D. C., BARRETO, P. L. N. Cartilha do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas – LAURBS . Juazeiro do Norte: UFCA, 2020.

NOVAIS CABRAL DE OLIVEIRA, C. V., RIBEIRO TOSTA, M. de C., RANDOW DE FREITAS, R. . Curricularização da Extensão Universitária: Uma Análise Bibliométrica: *Curricularization Of University Extension: A Bibliometric Analysis. Brazilian Journal of Production Engineering - BJPE, [S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 114–127, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/30835>> . Acesso em: 7 out. 2021

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2005.

NOGUEIRA, M. das Dores Pimentel. Avaliação da Extensão Universitária: Práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2013, 225p. <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf>

PINSONNEAULT, Alain e KRAEMER, Kenneth. Survey Research Methodology in Management Information Systems: As Assessment. *Journal of Management Information Systems*, Autumn 1993.

PUTT Allen D. and J. FRED Springer. 1989. *Policy Research: Concepts, Methods, and Applications. New York: Prentice Hall. Rouse, Joseph. 1987. Knowledge and Power: A Political Philosophy of Science. Ithaca, NY: Cornell University Press.*

PROPOSTA DE GUIA DE APOIO AO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFAC. Rio Branco - AC, 2017.

REIN, M., & SCHÖN, D. (1977). Problem Setting in Policy Research. In C. H. Weiss, Using Social Research in Public Policy Making (pp. 235-51). Lexington: D.C. Heath.

RIBEIRO, Gabrielly Fernandes. SOUZA, Gustavo de. Repensando a extensão universitária no Campo de Públicas a partir de um cenário de isolamento social: o caso do PRINAGEM modalidade remota em Luminárias-MG. IV ENEPCP - Sessão Temática N° 01 - Desafios e Perspectivas do Ensino e Extensão no Campo de Públicas.

Disponível em:
<<https://www.even3.com.br/Anais/enepcp2021/362402-repensando-a-extensao-universitaria-no-campo-de-publicas-a-partir--de-um-cenario-de-isolamento-social--o-caso-do->>

SAMPAIO, J. H. Política Nacional de Extensão: referenciais teórico-práticos para sua construção. In: Calderón AI, editor. Ação Comunitária – uma outra face do ensino superior brasileiro. São Paulo: Olho d'Água; 2004 (https://www.researchgate.net/publication/253645827_A_EXTENSAO_UNIVERSITARIA_-_Capitulo_de_Livro)

SARAIVA, A. L., OLIVEIRA, B. C., SILVA, M. A. F., SOUZA, E. S., GONZAGA, T. O. Extensão, administração municipal e cidadania: o projeto de extensão 10Envolver Capacidades. IV ENEPCP - Sessão Temática Nº 01 - Desafios e Perspectivas do Ensino e Extensão no Campo de Públicas. Disponível em:
<<https://www.even3.com.br/Anais/enepcp2021/352408-extensao-administracao-municipal-e-cidadania--o-projeto-de-extensao-10envolver-capacidades>>

SILVEIRA, M. C., OLIVEIRA, B. C., SARAIVA, A. L., SOUZA, R. E. S. Imersão Municipal como uma Atividade de Extensão na Formação de Gestores Públicos: a experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas v. 2, n. 2, 2017. Disponível em:
<http://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20180723131351_01_Imersao_municipal_como_uma_atividade_Mauro_Silveira.pdf>

SOUZA, G. C., RIBEIRO, G. ., OLIVEIRA, B. C., SALES, C. M. R. Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal - Prinagem: Uma avaliação das primeiras experiências da parceria EG-FJP/AP-UFLA. VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública - GT 7 Educação, Formação e Competências em Administração Pública - RELATO TÉCNICO. Disponível em:
<<https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/159/69>> Acesso em março 2022.

STEIGLEDER, L. I., ZUCCHETTI, D. T. & MARTINS, R. L. (2019). Trajetória Para A Curricularização Da Extensão Universitária: Atuação Do Forext E Diretrizes Nacionais. Revista Brasileira de Extensão Universitária, 10 (3), 167-174.

TANUR, J.M. *Advances in methods for large-scale surveys and experiments*, in R. Mcadams, N.J. Smelser, & D.J. Treiman (eds.), *Behavioral and Social Science Research: A National Resource, Part II*. Washington, D.C.: National Academy Press. 1982.

TESCHE, Danielle. ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Extensão Universitária: Os Desafios Da Curricularização No Curso De Administração Pública e Social Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. IV ENEPCP - Sessão Temática Nº 01 - Desafios e Perspectivas do Ensino e Extensão no Campo de Públicas. Disponível em:
<<https://www.even3.com.br/Anais/enepcp2021/362714-extensao-universitaria--os-desafios-da-curricularizacao-no-curso-de-administracao-publica-e-social-da-universidad>> .

TORRES, G. G. S., SILVA, C. R., NASCIMENTO, D. C. Extensão Universitária e o Direito à Cidade: Reflexões Sobre um Programa de Extensão Durante a Pandemia da

Covid-19 na Região Metropolitana do Cariri. IV ENEPCP - Sessão Temática Nº 01 - Desafios e Perspectivas do Ensino e Extensão no Campo de Públicas. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/Anais/enepcp2021/362987-extensao-universitaria-e-o-direito-a-cidade--reflexoes-sobre-um-programa-de-extensao--durante-a-pandemia-da-covid>>

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, 1987. Editora Atlas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA Coordenação do Curso de Administração Pública e Gestão Social. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social. Juazeiro do Norte – Ce. Maio de 2016. Grade 2017. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/administracao-publica/projeto-pedagogico/>> Acesso em março 2022.

7. APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A - Roteiro Entrevista

A presente entrevista será realizada no formato semiestruturado para que haja maior interação entre as partes envolvidas, além de melhor aproveitamento das oportunidades de troca. As perguntas deste documento foram elaboradas para suprirem a necessidade de complementação da pesquisa realizada para a monografia a qual trata sobre a importância da curricularização da extensão no campo de públicas. O(a) senhor(a) deverá responder ao item que lhe for direcionado, ou seja: item 1 - instituições de ensino onde a extensão está em processo de institucionalização.

Para tanto, juntamente a este arquivo o(a) senhor(a) receberá um documento para autorização do uso das informações repassadas, este deverá ser assinado e encaminhado para o e-mail gabrielly.ribeiro@estudante.ufla.br com o assunto: termo de consentimento para uso da entrevista.

A realização da entrevista será feita de dois modos, ficando a escolha à critério do participante: 1) as perguntas poderão ser respondidas através de áudio do aplicativo Whatsapp, como data limite de resposta para 10 de março de 2022 para o número (35) 98407-4467; 2) as perguntas poderão ser respondidas através de documento escrito, este deverá ser encaminhado até 14 de março de 2022 para o e-mail gabrielly.ribeiro@estudante.ufla.br com o assunto: entrevista extensão.

Caso surjam dúvidas, estou aberta para esclarecimentos tanto pelo número de telefone (35) 98407-4467, que também é meu whatsapp quanto pelo meu e-mail institucional gabrielly.ribeiro@estudante.ufla.br.

Item 1: instituições de ensino onde a extensão está em processo de institucionalização.

- a- Como está sendo realizado o processo de institucionalização? Está sendo debatido com a pró-reitoria de extensão? Caso sim, como está sendo a recepção ao tema?
- b- Os discentes estão participando desse processo? Caso a resposta tenha sido afirmativa, de qual maneira? Caso tenha sido negativa, qual seria o motivo?
- c- Como estão as expectativas de adesão dos discentes? (aqui, levar em consideração os desafios dos discentes que trabalham e se o curso é noturno)
- d- Como foram pensados e quais são os formatos de execução que estão planejando? (internatos, estágios, utilização de projetos já existentes, parcerias, convênios e afins)
- e- Como estão as expectativas de adesão da comunidade externa?

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I - Título do trabalho experimental: Institucionalização Da Curricularização Da Extensão: Um Panorama Analítico À Partir De Experiências Do Campo De Públicas Para Aplicação Na Administração Pública-Ufla.

Pesquisador(es) responsável(is): Gabrielly Fernandes Ribeiro (orientanda); Gustavo de Costa Souza (orientador).

Cargo/Função: Discente; Docente.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Lavras - Departamento de Administração Pública

Telefone para contato: (35) 98407-4467

Local da coleta de dados: Aplicativo WhatsApp e via e-mail.

II - OBJETIVOS

Os objetivos da presente pesquisa são: analisar a extensão e seu processo de curricularização no Campo de Públicas; Analisar especificamente a realização do Prinagem, em suas edições em parceria com a UFLA; Proposição de alguns subsídios gerais para a curricularização da extensão no curso de Administração Pública-UFLA em linha com as melhores práticas atuais do Campo de Públicas, de acordo com levantamento.

III – JUSTIFICATIVA

O trabalho se justifica pelo seu potencial de explorar as possibilidades formativas oferecidas pela curricularização da extensão, explana seus caminhos e possibilidades. A pesquisa, neste caso, é indispensável para complementar a referida monografia. Portanto, será utilizado de ferramentas online de comunicação (whatsapp) para coletar falas e documentos por escrito, ficando a critério do participante. Os dados serão arquivados de forma permanente por Gabrielly Fernandes Ribeiro, através de planilhas online.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

AMOSTRA

Coleta de dados através de plataforma online; refinamento dos dados; elaboração das considerações e assimilações através de texto corrido ou possibilidade de elaboração de planilha.

EXAMES

-

V - RISCOS ESPERADOS

A avaliação do risco da pesquisa é MÍNIMO. O tratamento dos dados será de uso exclusivo para a monografia e, antes do refinamento e escrita, será tratado apenas por Gabrielly Fernandes Ribeiro, passando por supervisão de Gustavo Costa de Souza-UFRJ e Camila Maria Risso Sales-UFLA.

VI – BENEFÍCIOS

Participar da construção e divulgação das atividades de extensão do Campo de Públicas, colaborando assim para seu fortalecimento.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

A pesquisa será encerrada após a data de 11 de março de 2022. Caso o participante não tenha enviado o solicitado até a data prevista, não será contabilizada sua participação.

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

Lavras, ____ de _____ de 20 ____.

Nome (legível) / RG

Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Administração Pública. Telefones de contato: 035 98407-4467.